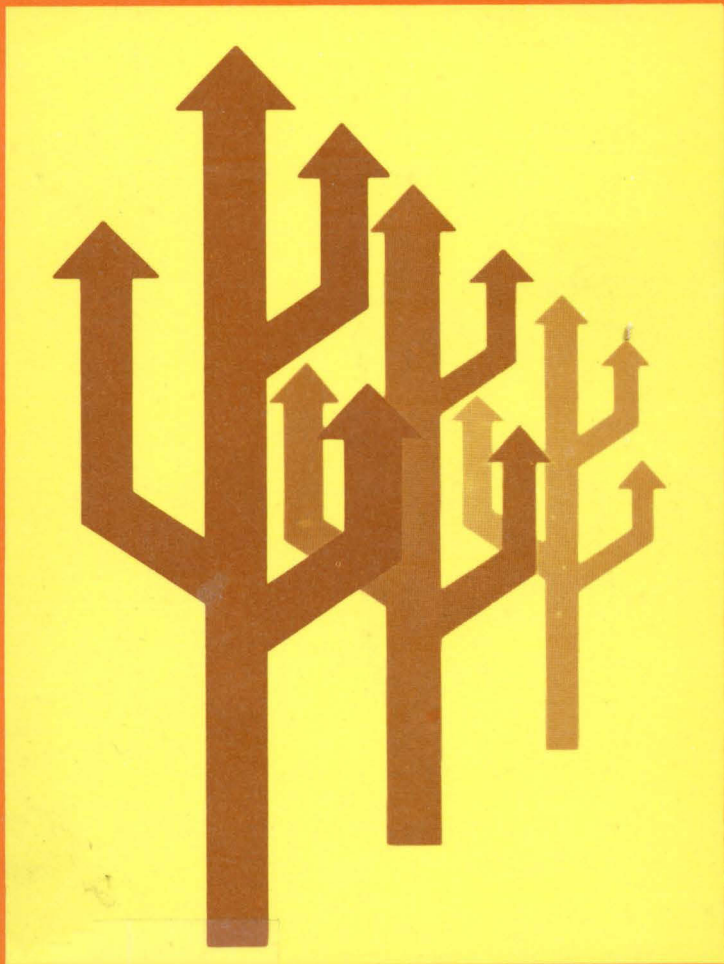


Funções Urbanas no Nordeste.



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

Fundação IBGE

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.
Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste — ETENE
FUNDAÇÃO IBGE

FUNÇÕES URBANAS NO NORDESTE

(Publicação distribuída com os participantes do Seminário de Desenvolvimento Urbano, realizado em Fortaleza no período de 5/7 de out. 1977)

Elaborado por:

FANY DAVIDOVICH
MARIA DO SOCORRO ALVES
MARÍLIA CARNEIRO NATAL

Técnicas do Departamento de Geografia
da Fundação IBGE.

Fortaleza — Ceará
1977

SUMÁRIO

	Pág.
Lista de Tabelas	6
Apresentação	7
Introdução	9
1 – ASPECTOS METODOLÓGICOS	13
2 – ASPECTOS DO CONTEXTO REGIONAL	23
3 – CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO NOS CENTROS URBANOS	25
3.1 – Resultados da Análise Fatorial	25
3.1.1 – Os Fatores	25
3.1.2 – Padrões Espaciais	28
3.2 – Apreciação dos Indicadores de Produtividade Média e Rendimentos Médios	30
3.3 – Análise do Crescimento Urbano	42
4 – CLASSIFICAÇÃO DAS CIDADES	47
4.1 – Dominância da PEA no Setor Primário	48
4.2 – Dominância da PEA nas Atividades Industriais	50
4.3 – Dominância da PEA Terciária	52
5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6 – ANEXOS	65
6.1 – Fatores Ordenados – Matriz das Notas Obtidas pelos Centros nos Fatores	67
6.2 – Lista de Identificação dos Centros	73
6.3 – Classificação de Cidades	77
6.4 – Caracterização das Classes de Cidades	78
7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

LISTA DE TABELAS

	Pág.
TABELAS	
1 —	25
2 — Produtividade per capita. Nordeste no Brasil	33
3 — Produtividade per capita e rendimentos médios	33
4 — Distribuição da PEA Urbana por classes de tamanho de cidades ...	36
5 — Parâmetros selecionados das porporções da PEA urbana no Distrito sede em 10 ramos de atividades nas 254 cidades selecionadas	37

APRESENTAÇÃO

O presente estudo resulta do convênio de cooperação técnica e financeira, firmado em 30.01.76, entre o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (F. IBGE). Referido convênio teve por objetivo desenvolver uma série de pesquisas sobre o processo de urbanização do Nordeste, com ênfase na análise do sistema urbano regional e, mais especialmente, das funções predominantes desempenhadas pelas cidades da Região.

Esses estudos oferecem subsídios razoavelmente atualizados e detalhados no sentido de orientar a concepção e a implementação de políticas e estratégias de urbanização que incluam, no caso do Nordeste, a dimensão espaço como uma de suas variáveis básicas.

Objetiva-se conhecer melhor como se acha estruturado o sistema urbano regional e os subsistemas que o integram, identificar fatores que explicam ou que determinam a estrutura atual, suas deficiências e as mudanças mais recentemente ocorridas, predizer, enfim, a evolução futura do sistema e da estrutura de cidades da Região. Em particular, a parte que se refere às funções predominantes desempenhadas pelas cidades nordestinas, constitui um aprofundamento da análise mais geral e se detém:

- a) no estudo dos níveis da hierarquia urbana que concentram as maiores deficiências apontadas para o sistema em seu conjunto;
- b) no exame de aspectos relacionados com as necessidades de infra-estrutura e de serviços urbanos e com o grau de desenvolvimento e de concentração das atividades econômicas mais importantes;

- c) no estudo das funções específicas que as cidades classificadas nos diferentes níveis hierárquicos deveriam desenvolver no sistema urbano, através de confronto entre o desempenho esperado e o desempenho efetivamente verificado.

Cabe, finalmente, mencionar que o referido convênio se insere num programa mais amplo de estudos sobre múltiplos aspectos da realidade urbana regional (migrações, emprego, planejamento e finanças municipais, etc.), o qual vem sendo desenvolvido pelo BNB, tanto sob regime de co-patrocínio, como de execução direta, através do seu Departamento de Estudos Econômicos (ETENE).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho (*) é parte de um conjunto mais amplo de estudos, que examina vários aspectos do sistema de cidades do Nordeste, tendo em vista fornecer subsídios ao planejamento regional, de acordo com termos do convênio firmado entre o Banco do Nordeste do Brasil e o IBGE.

O estudo das Funções Urbanas orientou-se pela metodologia utilizada por R. Smith para cidades da Austrália¹⁴, segundo a qual as funções se constituem em base de diferenciação de cidades e a distribuição espacial da estrutura ocupacional em meio de se alcançar uma classificação satisfatória de centros urbanos.

Antes que se proceda à descrição do método adotado, bem como sua justificativa e adaptações efetuadas, além dos objetivos que se permite atingir, parece válido apresentar **observações críticas ao estudo geográfico de Funções Urbanas**, ainda que muito sucintamente, dado o caráter não acadêmico do trabalho.

Uma primeira observação diz respeito ao próprio método de classificar, pouco significativo, quando se constitui apenas em um fim em si mesmo. No que tange ao interesse geográfico, classificações tradicionais de cidades têm recebido críticas pelo seu caráter estático, sem correspondência com os processos e a dinâmica do mundo real.

Uma segunda observação se refere às bases teóricas em que se têm inserido os estudos de Funções Urbanas. Via de regra, mesmo quando implicam em interações espaciais, mostram-se enquadrados em posições funcionalistas ou empírico-positivistas, que não levam em conta diferen-

(*) O autor agradece as opiniões e críticas de Olga Maria Buarque de Lima, a quem, naturalmente, não cabe responsabilidade pelas imperfeições do trabalho.

ciações das estruturas produtivas e dos contextos sócio-econômicos onde se encontram as cidades. Deste modo, a análise das Funções Urbanas tem geralmente se relacionado à Teoria das Localidades Centrais, às Atividades Básicas—Não Básicas das cidades, a fluxos urbanos mais complexos, que caracterizam funções intra e extra-regionais, e assim por diante.

Entre as críticas que se podem levantar a essas formas de abordagem, parece relevante apontar questões que tais análises não chegam a distinguir.

Basicamente, essas questões devem referir-se ao papel que os setores de atividades desempenham na estrutura econômica e às suas inter-relações. Apenas para exemplificar, pode-se apontar o que seria este papel:

- a) o desempenho do terciário em economias subdesenvolvidas e sua conexão com os demais setores de atividades, que remete à questão da “inchação” ou a de implicações do próprio processo de acumulação urbano-industrial;
- b) relativamente ao pressuposto da dicotomia urbano-rural, geralmente contido na noção de Funções Urbanas, seria necessário apurar em que medida as atividades da cidade se entrosam com interesses do setor primário, podendo caracterizar até que ponto o centro urbano representa uma extensão do mundo rural, direta e indiretamente;
- c) caberia também distinguir qual a função ou funções que estão à testa do processo urbano, isto é, aquelas que embora nem sempre na evidência, integram, no entanto, as demais atividades da cidade;
- d) vale por fim assinalar que, sob o rótulo de uma mesma função urbana, podem estar encobertas realidades distintas de cidades, quer devido ao processo de evolução, quer pela própria população a que servem.

Preocupações críticas com a questão de classificações funcionais de cidades se fazem presentes em Abler Adams, Gould¹, entre outros, e no citado trabalho de R.M.T. Smith, que enfatiza a necessidade de as mesmas não representarem apenas uma sofisticação técnica de modos de classificação, e de se constituírem em ponto de partida para a formulação de

hipóteses. Segundo esse autor, o estudo de centros urbanos deve conduzir à definição do “caráter” das cidades, interpretado como fruto de diferentes histórias de crescimento, não só daquele centro, mas das de outros centros que integram o mesmo processo urbano.

Certos pontos de vista não se limitam, porém, a considerar a formação urbana como seqüência de fases históricas e de sucessivas orientações para recursos. Levantam questionamentos que transcendem a preocupação com funções de cidades, para indagar qual o papel que desempenham como expressão espacial de estruturas sociais. A preocupação dominante é com a posição da cidade quanto à concentração e mobilização de excedentes, gerados pelo tipo de sociedade que representa. Entre outros aspectos, importa o conhecimento dos grupos sociais mais decisivos na estrutura do poder, que dizem respeito à esfera financeira, política, econômica, educacional, e o conhecimento do seu modo de atuação no sistema de cidades, face à produção e reprodução de excedentes. Importa igualmente detectar as diferentes cidades como campos de interseção de esferas de poder e dos sistemas de produção e consumo.

Em resumo, um estudo de Funções Urbanas, levando em consideração esse tipo de preocupações, requer necessariamente a pesquisa de campo, inclusive como meio de testar, empiricamente, formulações teóricas diversas. Interpretações baseadas unicamente na informação estatística tornam-se limitadas, sobretudo, como diz R. M. Smith, porque dados censitários geralmente se restringem aos padrões da “teoria sócio-econômica contemporânea”¹⁴

Estas considerações não invalidam, porém, a metodologia adotada para a análise das Funções Urbanas no Nordeste. É de grande interesse geográfico a análise da variação especial da estrutura da ocupação, na medida que fornece bases para a explanação da distribuição geográfica de combinações diversas com que se apresenta a população economicamente ativa. Combinações essas que se expressam em especializações e diversificações e que permitem deduzir complementaridades e interdependências entre cidades e sua região.

Atinge-se, assim, a parte do trabalho em que, sucintamente, introduz-se à **Justificativa do método adotado**.

Essa justificativa diz primeiramente respeito ao próprio procedi-

mento classificatório. É de consenso geral que a classificação se constitui em elemento importante de explanação, na medida que representa um primeiro passo de generalizações dos dados e de sua organização contínua/descontínua, segundo critérios e princípios.

Neste sentido, a classificação satisfatória é aquela que sugere relacionamentos importantes ou permite inferir interações, ainda que não sejam explícitas. Por sua vez, regularidades espaciais nos relacionamentos, que se expressam em classes, podem servir de base para hipóteses a serem testadas e refinadas.

Sob esse enfoque, o uso da classificação também se justifica quando introduz a noção de escala. Vale dizer que classes de cidades podem-se referir, não só, à constatação de regularidades em estruturas espaciais, como à dimensão e extensão dessas regularidades. Deste modo, a classificação se prestaria a levantar hipóteses sobre escalas de um processo sócio-espacial.

Exemplificando, uma classe de cidades, em que a ocupação urbana dominante é o setor primário, pode servir como referência de padrões econômicos precários, de uma vida urbana inexpressiva e de uma fraca articulação regional. Aponta, assim, para uma escala do processo regional. A seu turno, um grupo de cidades em que o padrão ocupacional é dominado pela combinação de atividades diversas, estaria a revelar uma outra escala do mesmo processo regional. Nesse particular, levantam-se interpretações baseadas em pressupostos teóricos distintos: de um lado, a que considera a fraca integração da área em questão, como função da insignificante interação entre centros principais e hinterlândia, e, de outro lado, a que procura reconhecer, nessas características, formas de interdependência que são precípuas a determinadas estruturas espaciais.

No tocante à justificativa do método propriamente dito, já mencionado, cabe assinalar que se trata de um dos enfoques geográficos mais recentes a respeito de classificação funcional de cidades. Colocando-se em posição crítica quanto às classificações tradicionais, o autor se preocupou com uma perspectiva geográfica, mas limitou-se a considerar que existe certa ordem espacial na distribuição das atividades econômicas em geral e que as funções implicam em relações complementares entre cidade e sua área de influência.

1 — ASPECTOS METODOLÓGICOS

A metodologia, que está explicitada no artigo citado, utiliza a percentagem da população economicamente ativa engajada em diferentes setores de atividades, por cidades. Trata-se, portanto, de um indicador que pode mostrar, até certo ponto, a importância de cada um destes setores como absorvedor de mão-de-obra.

A similaridade funcional das cidades foi obtida, no estudo original, através de uma matriz de correlação simples, a partir da qual se estabelecem grupos ou classes de centros urbanos, mediante uma análise de “linkages”. Essa metodologia trabalha essencialmente com medidas de tendência central, desde o uso de variáveis estandarizadas à determinação da tipologia dos centros, através de sua posição em relação à média nacional de cada uma das atividades.

Neste trabalho, utilizou-se número menor de cidades e de variáveis, adaptando o método a um estudo regional. Por dificuldades técnicas, a padronização dos dados se fez a nível regional. Selecionaram-se 254 distritos-sedes de municípios do Nordeste, incluindo todos a partir de 7 mil de população urbana, e, abaixo desse tamanho, aqueles mais populosos de cada microrregião não contemplada anteriormente e ainda os das áreas metropolitanas. A fonte dos dados é o Censo Demográfico de 1970, que se refere à população residente. As possíveis distorções relativamente à ocupação efetiva, devem limitar-se aos centros de áreas metropolitanas e aglomerações urbanas, onde a população residente pode trabalhar fora do local de domicílio.

A inclusão de localidades tão díspares em dimensão, leva a considerar o problema do tamanho urbano. Relativamente aos **critérios de Tamanho Urbano**, Tolosa, H.¹⁵, por exemplo, alude às dificuldades de estabelecer tais critérios e à arbitrariedade a que estão sujeitos. Dentro dessa ordem de idéias, considera o limite de 50.000 habitantes como um marco, abaixo do qual as cidades seriam consideradas pequenas.

No caso do Nordeste, este limite talvez seja discutível, mas, por ora, basta reconhecer que foram incluídos aglomerados considerados pequenos e muito pequenos na análise em questão.

Levando em conta interesses de planejamento, calcados, via de regra, em objetivos de eficiência, vale trazer algumas concepções a respeito do problema do tamanho urbano. Diversos pontos de vista consideram que a própria noção de Funções Urbanas típicas implica um mínimo de concentração de pessoas e de atividades econômicas em um determinado ponto da superfície terrestre. Relativamente à sociedade americana, L. Wingo¹⁶ comenta que um tão grande contingente populacional talvez não fosse capaz de viver no seu atual padrão de consumo, sem altas concentrações de pessoas e de recursos.

Por sua vez, Tolosa¹⁵ demonstrou que aglomerados situados à esquerda de um ponto C, determinado a partir de curvas de custos totais e benefícios totais de longo prazo, relacionados a cada tamanho de cidade, incorreriam apenas nos custos, sem os correspondentes benefícios da aglomeração. Esta seria a situação das pequenas localidades: "desfrutando de custos médios decrescentes, não conseguem, porém, gerar volume de benefícios suficiente para cobrir os custos totais".

Mas, o mesmo autor assinala que um modelo de tamanho urbano 'ótimo não deve ser estático, já que curvas de custos e benefícios variam no tempo, de cidade para cidade e de região para região, devido a uma série de fatores, como o progresso tecnológico, a mudança nas preferências de consumo e da produção, a ação do governo.

Não obstante, a inclusão de localidades pequenas e muito pequenas permite levantar problemas de caracterização dos contextos espaciais em que se encontram, e que também dizem respeito a estratégias de planejamento.

O trato destes aglomerados na presente análise se defronta com a questão da imprecisão de limites entre o que é urbano e o que é rural, caráter esse inferido da quantidade de localidades pequenas e muito pequenas no Nordeste. Assumindo o nível de 20.000 hab. como indicador de urbanização, em 1970, existiam na região 1.309 aglomerados com população inferior àquele nível, em um total de 1.375 cidades. Por outro lado, contribui para considerar os contextos espaciais que já não estão simplesmente confinados aos limites de uma só cidade e que resultam da integração de localidades diversas, graças à difusão dos meios de comunicação e da crescente mobilidade física¹³.

Para fins de planejamento, é importante essa descrição que diz respeito a diferentes estruturas espaciais, na medida que sugere estratégias capazes de promover o desenvolvimento da posição específica daquelas localidades, como intermediárias entre segmento urbano e rural. Nesse particular, torna-se de certo modo contrabalançada a crítica que se faz à adoção do conceito de urbano, tal como apresentado no Censo.

Relativamente às **Variáveis**, trata-se da população economicamente ativa urbana, que pode expressar o comportamento regional da oferta de emprego nas cidades, a partir da idéia de que a oferta está ligada à demanda, e abstraindo a baixa taxa de desemprego contida nos dados censitários. Segundo anteriormente mencionado, utilizou-se número menor de atividades do que no trabalho original, posto que a inclusão de localidades pequenas pode acarretar distorções na informação, devido ao tipo de amostra empregada no Censo.

Trata-se das seguintes variáveis de PEA urbana do Distrito Sede por setores de atividade, obtidas em tabulação especial do Censo Demográfico de 1970:

- a) Setor Primário;
- b) Atividades Industriais, exclusive Construção Civil;
- c) Indústria da Construção Civil;
- d) Comércio de Mercadorias, exclusive Com. Ambulante, Feiras e Mercados;
- e) Comércio Ambulante, Feiras e Mercados;
- f) Prestação de Serviços;
- g) Atividades Sociais;
- h) Transportes, Comunicações e Armazenagem;
- i) Serviços Administrativos e Governamentais, mais Defesa Nacional e Segurança Pública;
- j) Comércio de Imóveis e Valores Imobiliários, Crédito, Seguros e Capitalização, mais Profissões Liberais.

Média e Desvio Padrão foram calculados com base em valores percentuais obtidos pela relação entre cada uma das variáveis de 1 a 10 e o total da PEA urbana, do qual se excluiu as não compreendidas nos demais ramos ou mal declaradas. Obtidos a média e o desvio padrão, determinaram-se os dados estandarizados de cada distrito-sede, em cada uma das variáveis.

O setor Primário foi tomado globalmente, dada sua representatividade menor em unidades urbanas de maior tamanho. No Censo Demográfico corresponde ao setor de atividade que compreende: Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Extração Vegetal, Caça e Pesca.

O setor Secundário foi desagregado em: Atividades Industriais e Construção Civil. No primeiro subsetor estão contidas as seguintes classes de atividade: Extrativa Mineral, Serviços Industriais de Utilidade Pública, Indústria de Transformação.

O setor Terciário, que inclui classes de atividades muito heterogêneas, foi desagregado em parte, levando em conta, sejam as atividades cuja dinâmica está mais diretamente relacionada ao tamanho urbano, sejam aquelas que refletem aspectos regionais, como feiras, etc.

No que tange às **Adaptações** introduzidas na metodologia, além das já comentadas, empregaram-se também uma análise fatorial com essas mesmas variáveis, e uma análise de agrupamento, visando resultados de classificação mais satisfatórios do que aquela inicialmente proposta.

Com vistas à explanação e a contornar alguns dos problemas antes apontados no estudo de funções urbanas, introduziram-se outros elementos de análise, como sejam, **indicadores de produtividade média e de rendimento e o crescimento urbano entre 50 e 70.**

Os indicadores de produtividade média utilizados podem ser tomados como um aspecto de eficiência, mas não se propõem a substituir a noção de eficiência urbana, cujo conceito tem sido objeto de controvérsias. Via de regra, os critérios empregados são considerados ainda insuficientes para caracterizar com precisão o grau de eficiência econômica de uma cidade. Recorrendo mais uma vez a Tolosa¹⁵, “a eficiência de um centro urbano é um conceito relativo e depende da maneira como cada centro impõe custos e contribui com benefícios para o sistema urbano como um todo”.

Neste trabalho, os indicadores foram obtidos por um método que faz uso de técnicas de desvio padrão, procedimento esse que introduz a noção de produtividade média de setores de atividade².

As variáveis selecionadas, em número menor do que no trabalho original, foram as seguintes:

- a) Valor da Transformação Industrial/Pessoal Ocupado na Indústria;
- b) Receita do Comércio/Pessoal Ocupado no Comércio;
- c) Receita dos Serviços/Pessoal Ocupado nos Serviços;
- d) Rendimento Médio Mensal da PEA Urbana com Rendimento.

As fontes dos dados são os Censos Industrial, Comercial e de Serviços (1970), e tabulação especial do Censo Demográfico 1970. A unidade espacial de observação é o município e não o distrito-sede, o que não deve representar grandes distorções nos resultados, posto que as variáveis são, antes de tudo, pertinentes ao setor urbano.

Os "scores" padronizados de cada município foram calculados a partir das médias e desvios padrão para cada variável. Com esse procedimento obteve-se a posição relativa de cada município em relação à média do conjunto, em uma escala comparável para todas as variáveis (*).

Deste modo, tem-se elementos para comparar o comportamento da ocupação na indústria com a de outros setores de atividades, levando inclusive a testar até que ponto serviços e comércio podem atenuar diferenças de produtividade entre cidades.

Por sua vez, a variável Rendimentos Mensais da PEA diz respeito, fundamentalmente, aos salários, fator que incide com participação acentuada na distribuição funcional da renda. Os dados referem-se apenas à distribuição com declaração de rendimento.

$$(*) Z_i = \frac{X_i - \bar{X}}{\sigma_x}$$

Z_i = "score" padronizado do município i

X_i = "score" do município i na variável x

$\bar{X}$ = média da variável x

σ_x = desvio padrão da variável x

Posteriormente, proceder-se-á à integração das variáveis, mediante a soma dos valores Z . A função desta medida confinada é mostrar o desvio total em relação ao que seria um "município médio" na região.

Diferenças entre cidades, quanto à especialização industrial, ou outros setores, vão refletir-se na mão-de-obra e no seu grau de qualificação e, portanto, em desigualdades de salários. Do mesmo modo que salários mais altos correspondem à presença de indústrias dinâmicas, rendimentos mais baixos devem expressar dominância de atividades tradicionais.

Por sua vez, a análise do crescimento urbano se presta a avaliar diferenças de dinamismo entre cidades, relacionando-as à posição geográfica, ao tamanho, e levando a constatar quais as que mais observem mão-de-obra.

Nesse particular, podem-se suscitar questões importantes para planejamento. Chinitz, B.¹⁰, por exemplo, aponta que as áreas urbanas maiores são mais diversificadas do que as áreas pequenas. Apresentam, também, maior estabilidade de crescimento, posto que seu destino não está ligado à sorte de uma ou de poucas atividades.

Com vistas a finalidades produtivas, esse mesmo autor se refere às presumíveis vantagens locais de uma Teoria da Diversificação, levando em conta que se trata de áreas urbanas, cujo potencial de crescimento diz respeito a atividades com exigências locais já conhecidas.

Dentro dessa ordem de idéias, permite-se questionar sobre a diversificação funcional como meta a ser atingida, a nível de cada centro. Aqui se levanta, porém, o problema da dinâmica dos centros, em função de sua posição geográfica e de sua integração no processo sócio-espacial da região, isto é, a região pode diversificar-se com algumas unidades especializadas. Na medida que se relaciona a especialização a uma localização geográfica e não apenas à presença de produtores especializados, cabe, por exemplo, considerar seu significado:

- a) junto às aglomerações metropolitanas, no que estruturam conjuntos de maior complexidade social e econômica;
- b) como especializações que se constituem em etapa de uma posterior diversificação funcional do aglomerado, implicando um certo tamanho e distanciamento de centros urbanos maiores;
- c) como tendência de centros que sofrem mudanças no seu caráter urbano, isto é, centros regionais que se esvaziam de determinadas

funções, como Sobral e Mossoró, na medida que se incorporam a novas escalas do processo regional, escalas estas que se estruturam com o aumento de acessibilidade à metrópole e das condições de desvitalização de suas áreas de influência.

Objetivos

Examinados em rápida análise os aspectos metodológicos do estudo em questão, serão agora focalizados os **objetivos** que se tem em vista, com o modelo de classificação adotado.

Um primeiro objetivo se identifica ao do trabalho original, isto é, estabelecer uma tipologia de centros urbanos, organizados em classes funcionais. Com esse procedimento, podem ser identificadas especializações mais ou menos acentuadas através de proporções de emprego acima da média, em uma dada atividade. Inversamente, a não-especialização é aferida pela distribuição da ocupação abaixo da média. Cabe, porém, lembrar que as funções devem ser analisadas em conjunto, de vez que não se trata de atividades simplesmente justapostas. Tem-se, assim, assim, elementos para aferir a interdependência das atividades nos centros, não só entre as que se mostram dominantes no emprego, como entre as demais, que se apresentaram em torno da média, mas que podem ser complementares àquelas.

Outros objetivos podem ser alcançados com esse procedimento metodológico, na medida que os grupamentos de cidades sejam vistos como referencial de escalas do processo regional.

De um lado, corresponderiam a dimensões que podem expressar ritmos desiguais com que diferentes partes do sistema urbano se ajustam a mudanças. No tocante às grandes cidades, por exemplo, parte-se da idéia de que apresentam velocidade maior na aquisição de serviços, recursos e atividades do que localidades menores. Assim, o custo ou tempo de viagem entre elas se reduz, tornando-as mais próximas em termos relativos. Seguindo o pensamento de Harvey⁹, caberia reconhecer na região ritmos de convergência, que dizem respeito às grandes cidades, implicando maior interação entre as mesmas do que com a região, e ritmos de divergência, que se referem à posição relativa das pequenas localidades, implicando condições de maior inércia. Vale dizer que se trata de dimensões ou escalas, nas quais o espaço não é necessariamente contínuo.

Nessa ordem de idéias, pode-se questionar se a classe dos maiores centros urbanos do Nordeste corresponde a uma extensão do sistema nacional de cidades, a partir da idéia de que este **continuum** implica evidências de economias de escala, que parecem tornar-se patentes nas concentrações acima de 100 mil habitantes. Caracterizar-se-ia, assim, uma dimensão do processo de urbanização na região.

A avaliação dessas escalas deverá, portanto, ser efetuada pelo exame dos diversos elementos colocados em análise, isto é, a estrutura ocupacional aliada ao tamanho e crescimento urbano, à produtividade e rendimento da população economicamente ativa.

Por sua vez, o contexto de mudanças introduzidas na região deverá ser oportunamente interpretado à luz de trabalhos de acessibilidade e de modernização agrícola no Nordeste, efetuados no Departamento de Geografia da SUEGE, IBGE.

Um outro objetivo que pode ser alcançado com a identificação de classes funcionais de cidades diz respeito a escalas ou dimensões, que se referem ao espaço de contigüidade física. Estão aí compreendidos agrupamentos ou “clusters”, que contêm diferentes tipos de cidades e que podem configurar-se em áreas ou eixos, permitindo avaliar interdependências espaciais e funcionais. Mas também se consideram as estruturas dispersas, caracterizadas por certa homogeneidade de funções.

A “regionalização” do sistema urbano resultaria, assim, do entrosamento entre uma e outra das escalas acima referidas. Nessa ótica, assume-se a hipótese de que a estrutura urbana regional corresponde a interseções entre o sistema nacional de cidades, que tem representatividade no grupo das metrópoles e possivelmente algumas das capitais, e o subsistema regional, tomado como um todo.

Do ponto de vista de interesses do planejamento, parece importante caracterizar essas interseções, no que encerram de problemas do espaço regional. Um exemplo desses problemas seria a acentuação das desigualdades internas do Nordeste em função da distribuição de renda acarretada pela urbanização. Vários estudos apontam que a concentração de renda no interior do setor urbano, em posição ao que ocorre dentro do setor rural é superior à do Sudeste. Tais desigualdades também são relacionadas à industrialização, um dos fatores de metropolização regional, consubstanciada principalmente no Recife e em Salvador.

No entanto, as interseções também podem ser analisadas sob outros ângulos. Para certos autores⁸, o crescimento de cidades nordestinas às expensas de contingentes rurais vem-se constituir em fator de um “balançamento” ou “homogeneização” intra-regional, na medida que estruturas etárias dos setores urbanos e rural se tornam relativamente equivalentes.

Deste modo, à proporção que população e seus problemas se transferem para áreas urbanas maiores, as grandes cidades passam a se constituir em uma espécie de “resumo” da região, induzindo, em um momento no tempo, à imagem de uma “homogeneidade” intra-regional, como acima comentado.

As idéias aqui apresentadas, a respeito de escalas do processo de urbanização regional e de suas interseções, podem levantar, aos tomadores de decisões, questões sobre onde alocar recursos e sobre os padrões de distribuição urbano-espacial que se visa implantar.

Nesse tocante, ainda que a título de referência, vale trazer à baila a noção de “tensões de escala”, determinadas pela “incongruência que se cria entre a escala das necessidades da sociedade e a escala da organização de governo”, cabendo então a este “maximizar a congruência da escala”⁵

Tomando como exemplo as escalas de espaço que dizem respeito a “clusters” de funções urbanas, pode-se dar para os responsáveis pelos investimentos uma percepção diferente da própria idéia de concentração. Significa dizer que a aplicação de recursos não deve necessariamente limitar-se a um ponto, mas a uma estrutura, que implica, possivelmente, em interdependências entre diferentes localidades. Nessa estrutura, as interseções entre as escalas do processo de urbanização poderiam ser modificadas e direcionadas para uma divisão territorial do trabalho mais eficiente.

Por outro lado, na medida que o sistema urbano vem-se orientando para a escala da concentração, vale questionar sobre o papel a que ficarão relegadas outras escalas do processo urbano regional. Um problema de política urbana é até que ponto se pretende confinar o quadro urbano às maiores cidades, fazendo-as capturar funções de cidades menores. Ou, como antes comentado, até que ponto estas podem-se constituir em fator de integração mais equitativa de um sistema ainda muito dominado pela vida rural.

Nesse tocante cabe lembrar que o planejamento tem geralmente implícita a idéia de intervenção sobre a urbanização, no que é adotada a premissa de que a difusão mais rápida e eficiente do desenvolvimento se faz através de um sistema hierarquizado de cidades, a partir das categorias superiores de centros, até os níveis mais baixos.

Cabe lembrar, porém, que, em apoio a uma posição distinta, levantam-se pontos de vista que salientam a importância do segmento inferior do sistema urbano, isto é, das pequenas localidades, como fonte de difusão de certo tipo de inovações, ligadas, por exemplo, à preservação do meio ambiente, sobretudo em áreas predominantemente rurais.

Já, antes, nesse mesmo trabalho, assinalaram-se outras considerações a respeito dos centros urbanos menores no Nordeste. Acresce, ainda, o papel que esse tipo de aglomerado exerce na atração de contingentes rurais, mesmo como etapas de migração. Distritos-sede de municípios com menos de 10.000 habitantes absorveram, no último decênio, 35,3% do total regional da migração rural-urbana¹⁰, fenômeno que deve refletir-se no próprio caráter de suas funções urbanas.

À guisa de introdução à classificação funcional de cidades nordestinas, serão dados, em linhas gerais, aspectos do contexto regional em que estão inseridas, e características da ocupação nos centros urbanos, com os resultados da análise fatorial e dos indicadores utilizados.

2 ASPECTOS DO CONTEXTO REGIONAL

Em apreciação global, o Nordeste se apresenta como região tradicional, que se integra em uma estrutura nacional organizada em centro e periferia, sob condições de perda progressiva de posições relativas no País, quanto à população total, quanto ao contingente urbano e quanto à renda, sendo nesta a perda proporcionalmente mais acentuada do que nos outros fatores.

Abreviando pontos de vista externados em diversos estudos, verifica-se que as relações inter-regionais no Brasil, de maneira geral, sofreram efeitos da acumulação urbano-industrial, concentrada no Sudeste. Segundo Baer, W. e Geiger, P.P.⁴, a adaptação do Nordeste se fez pela acentuação de seu caráter rural, considerando sua posição relativa face às demais regiões, quanto ao nível de urbanização.

Por sua vez, F. de Oliveira e H. Reichstul¹¹ mostram que, entre 1947 e 68, Nordeste e Sul se tornaram mais exportadores de produtos agrícolas e mais importadores de produtos industrializados do Sudeste. Em outras palavras, na redivisão territorial do trabalho, a partir da concentração industrial na última área, aquelas unidades regionais, levadas a vender mais bens primários, se vêem afetadas por termos de troca deteriorados.

Acresce ainda que o Nordeste, com 17,6% do total da PEA do País no trabalho agrícola, em 1970, teve participação de apenas 3,9% na renda nacional do setor, enquanto o Sul aumentou sua contribuição.

A nível intra-regional, conforme assinalam Baer e Geiger⁴, o Nordeste mostrou urbanização crescente nos anos 1950 e 1960. Entre 1940 e 1970, o setor primário registrou decréscimo de 13% na estrutura do emprego, enquanto o acréscimo na PEA industrial foi de 46%, e na dos Serviços, de 55%. No entanto, em termos de renda interna, somente o terciário acusou aumento na região.

Assinalam aqueles autores que no Nordeste a população urbana cresceu proporcionalmente mais (79%) do que a PEA industrial e terciária. Enquanto no Sudeste a urbanização mostra convergência com a industrialização, em termos de emprego, no Nordeste se caracterizou uma divergência, uma vez que o processo de urbanização se colocou muito à frente do da indústria. Concluem, assim, que, nesta região, a exemplo das demais, a urbanização foi também fator de adaptação inter-regional ao processo nacional de economia industrial, mas que aí se mostrou mais fraca.

Efetivamente, a taxa de população urbana no Nordeste é a menor das macrorregiões brasileiras. Tomando como indicador mais significativo de urbanização as cidades a partir de 20.000 habitantes, aquela região acusou apenas 23,8% e o Sudeste 57,9%, apresentando-se esta como única região urbanizada do País.

Deste modo, a despeito de incrementos superiores a 177% nos centros urbanos acima de 20.000 habitantes, ainda em 1975, 55% da população nordestina vivia no campo, correspondendo a quase 18 milhões de pessoas.

3 – CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO NOS CENTROS URBANOS

Estas características serão examinadas com os resultados da análise fatorial, com indicadores de produtividade e de rendimentos e com dados de crescimento urbano entre 1950 e 1970, antecipando a classificação dos centros.

3.1. – RESULTADOS DA ANÁLISE FATORIAL

3.1.1. Os Fatores

A análise fatorial conduz a padrões de diversificação e especialização dos centros da região.

Os Fatores figuram no quadro adiante (tab. 1) com as variáveis que os estruturaram, mostrando as seguintes características:

TABELA 1

VARIÁVEIS	FATORES			
	1	2	3	4
1 – PEA no Setor Primário	- 0.30	- 0.71	0.52	0.33
2 – PEA nas Atividades Industriais	- 0.53	0.60	—	—
3 – PEA na Construção Civil	—	—	- 0.90	—
4 – PEA no Comércio de Mercadorias . .	0.74	—	—	—
5 – PEA no Comércio Ambulante, etc. .	—	0.57	—	—
6 – PEA na Prestação de Serviços	0.80	—	—	—
7 – PEA nas Atividades Sociais	—	—	—	- 0.80
8 – PEA nos Transportes, etc.	—	0.56	—	—
9 – PEA no Setor Administrativo, etc. .	—	—	—	- 0.69
10 – PEA no Comércio de Imóveis, etc. .	0.65	—	—	—
% de explanação	20,62	15,61	13,25	15,37

Obs.: figuram apenas as variáveis com “loadings” iguais ou maiores que 0.30.

O Fator I é aquele que permite ressaltar os centros mais terciários da região e o que apresenta a maior associação de variáveis. O “loading” negativo registrado pela variável PEA na indústria (-0.53), embora se contraponha aos “loadings” positivos das variáveis referentes ao setor terciário, não chega a caracterizar uma bipolarização do Fator. Em outras palavras, as mais altas percentagens de PEA na indústria são encontradas em pequenos núcleos especializados nessa atividade, núcleos estes que acusaram “scores” negativos. Mas, percentagens ainda expressivas de variável em questão podem também ser encontradas em alguns centros eminentemente terciários, isto é, em centros com “scores” positivos no Fator.

Por sua vez, o “loading” da PEA no setor primário (-0.30) não é suficientemente forte para marcar uma oposição com as atividades terciárias ressaltadas pelo Fator. Deste modo, o Fator I expressa as estruturas mais diversificadas de cidades.

O Fator II assinala uma oposição entre ocupação urbana e rural ou, mais especificamente, entre o setor secundário e o setor primário. As outras atividades que participam de sua estrutura, isto é, Transportes e Comércio Ambulante, são, por natureza, pouco expressivas para caracterizar uma diversificação. Deste modo, o Fator II identifica especializações, sobretudo na indústria e na ocupação rural.

Por sua vez, o Fator III é basicamente estruturado pela ocupação na Construção Civil, não levando a distinguir propriamente especializações, posto que reflete, sobretudo, situações conjunturais.

Já o Fator IV pode caracterizar especializações, que se referem a setores de um chamado Terciário superior. Cabe observar, porém, que tais especializações são inferidas pelos “scores” mais altos nesse Fator, “scores” estes que pertencem a um número relativamente limitado de grandes cidades. Aliás, o Comércio de Imóveis, Seguros, etc., que participa do Fator I e que igualmente caracteriza um setor do Terciário superior, comparece principalmente nas metrópoles.

A posição dos centros nesses Fatores, obtida pelos “factor scores”, pode ser observada no Anexo 6.3, e está ilustrada nos cartogramas (fig. 1, 2, 3 e 4).

No Fator I, os índices são hierarquizados, adaptados, em linhas ge-

rais, a um sistema de localidades centrais. Vale dizer que as notas positivas mais altas (≥ 3.00) se encontram, via de regra, nas metrópoles e capitais, bem como em centros regionais importantes, decrescendo nas localidades de categorias inferiores das respectivas áreas de influência. "Scores" negativos extremos identificam pequenos centros industriais, sobretudo antigos núcleos têxteis e de produtos alimentares (≤ -4.01), e ainda os de áreas metropolitanas, que já comportam indústria moderna. Notas negativas também se referem a pequenas localidades de ocupação rural, no que se traduz a inexpressividade do terciário nestas localidades.

Por sua vez, no Fator II, os níveis positivos mais altos caracterizam a especialização na indústria, associada ou não à ocupação nos transportes e comércio ambulante. Verifica-se que a proporção maior de PEA industrial se encontra na faixa de cidades entre 15.000 e 30.000 habitantes.

A especialização no setor primário, que se posiciona negativamente na estrutura do Fator, refere-se, particularmente, aos menores centros. Mais de 50% da PEA do setor primário, que habita centros urbanos, localizam-se em aglomerados com população inferior a 15.000 habitantes (tabela 4).

Naturalmente nas cidades maiores, dotadas de indústrias, os "scores" desse Fator são positivos, embora mais próximos da média ($>1,01$ $<2,00$). A atividade industrial se mostra relativamente importante nas metrópoles, onde se concentram 14,21% do total da PEA manufatureira do quadro urbano em estudo. Já em cidades de tamanhos intermediários, nas faixas de 30.000 a 150.000 habitantes, podem prevalecer ocupações que se relacionam à tradição das feiras no Nordeste, à dispersão característica da função portuária, à expansão de nós rodoviários. Cabe ainda assinalar que centros com notas médias nesse Fator podem traduzir a insignificância dos setores de Transportes e Comércio Ambulante, não se realçando, assim, a atividade industrial, como em S. Francisco do Conde.

Quanto ao Fator III, os "scores" refletem, geralmente, os padrões de crescimento urbano na região. Salientam-se, assim, contrastes entre as metrópoles, em que Salvador obteve o "score" de -1.01 e Recife de -0.15, e entre as capitais, registrando-se os índices mais elevados em Aracaju e Teresina, além de outras cidades. No entanto, as notas mais altas se encontram em alguns centros pequenos, como os da área metropolitana de Salvador, que, tanto podem relacionar-se à expansão populacional da própria

capital, quanto às necessidades desenvolvidas pela implantação industrial, colocando-se, assim, como opção a atividades pouco absorvedoras de mão-de-obra.

No Fator IV, os índices mais elevados se referem ao Recife e capitais abaixo do nível metropolitano, onde se verificam percentuais mais elevados das atividades que compõem o Fator (tabela 4). Estas posições podem ser explicadas por uma diversificação maior das atividades na metrópole pernambucana, enquanto naquelas capitais a maior participação relativa da PEA sobressai, em função de uma variedade inferior, em outros setores de ocupação.

Índices elevados também se encontram em localidades pequenas e esparsas, respondendo, de certa forma, por uma extensão de serviços sediados ou representados nas grandes cidades, como são os postos da Fundação de Desenvolvimento Integrado do São Francisco, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e outros. Merecem igualmente menção centros em que sobressai a Função de Defesa, notadamente a base aérea de Parnamirim, que registrou o índice mais alto nesse Fator, ou Caicó que, ainda em 70, abrigava unidades de um batalhão de engenharia, principal agente de sua vida urbana.

As considerações que se acaba de tecer introduzem a uma caracterização dos centros. Identificam-se os de Função Especializada e as combinações que podem apresentar, em associação com outras atividades. Identificam-se também, os de Função Diversificada, que dizem respeito à prevalência do terciário e que, igualmente, admite associação com outros setores de ocupação.

3.1.2 — Padrões Espaciais

Relativamente aos padrões Espaciais estruturados pelos direrentes Fatores, verifica-se que a diversificação está relacionada, principalmente, à concentração de população urbana, enquanto localidades “especializadas”, com ou sem atividades associadas, apresentam-se em centros menores e são, portanto, mais difundidas.

No Fator I, sobressaem com notas positivas mais altas centros com certa estabilidade de crescimento urbano, como Recife ou São Luís; cen-

tros relacionados a áreas agrícolas importantes, como Ilhéus, Itabuna ou Crato; centros situados em certas posições geográficas, como Montes Claros, no norte de Minas, Vitória da Conquista e Jequié, ao longo da BR-116, além de centros na isócrona de duas horas, aproximadamente, a partir das respectivas capitais, como Caruaru, Feira de Santana ou Campina Grande, distância essa em que já competem com a cidade principal na prestação de certos serviços.

No tocante aos centros especializados, identificados, como se viu, no Fator I (com elevados "scores" negativos) e no Fator II, distinguem-se dois padrões espaciais: os de localização com sentido de integração Física e padrões de localização dispersa.

Os de localização com sentido de integração física implicam diferentes escalas de contigüidade:

- a) centros que estruturam áreas metropolitanas, como Jaboatão, Cabo e Paulista, junto ao Recife ou Camaçari e Candeias, junto a Salvador;
- b) centros que integram aglomerações urbanas, como Cabedelo e Santa Rita, junto a João Pessoa, ou que se localizam próximos a, capitais, como Rio Largo em relação a Maceió e S. Cristóvão em relação a Aracaju;
- c) mas também se trata dos portos de Macau e Areia Branca que, apesar de não corresponderem à mesma escala de contigüidade física, são expoentes da produção salineira nordestina em uma área que abrange ainda Mossoró e Aracati.

Padrões espaciais dispersos referem-se a pequenos centros que correspondem a pontos específicos de circulação fluvial-ferroviária, como Pirapora ou Propriá:

- a) centros que marcam antigas posições geográficas privilegiadas, como os núcleos têxteis de Valença, Neópolis ou Estância;
- b) centros que estão junto à matéria-prima, compreendendo desde as usinas de açúcar em Catende ou Palmares, aos beneficiamentos

de arroz em Bacabal ou à exploração de recursos minerais no interior da Bahia.

Por sua vez, centros posicionados negativamente no Fator II se identificaram, como se viu, pela dominância da PEA urbana no setor primário, que absorve pouco mais de 8% do total. Os padrões espaciais referem-se quer a localizações em áreas agrícolas densas, como as de Irecê, Arapiraca ou a do Brejo da Paraíba, quer a pontos dispersos nos sertões e a trechos isolados do norte do Maranhão ou dos chapadões ao sul do Piauí.

Centros que obtiveram notas negativas mais próximas à média apresentam associação com outra atividade, geralmente serviços ou construção civil. Mais comumente, trata-se de centros que registram grande incremento demográfico, e/ou estão situados junto a eixos de circulação, como Imperatriz.

A nível de macrorregião, verifica-se que os traços gerais dos padrões espaciais estruturados pelos Fatores dizem respeito à concentração de atividades na faixa de maior densidade populacional e econômica, que se configura na litoralização do sistema, em oposição à distribuição esparsa no interior; nesse interior, assinala-se o papel das principais rodovias na disposição de cidades que mostram certa projeção no quadro urbano regional, especialmente Teresina, enquanto em Montes Claros, até recentemente, prevaleceu a tradicional posição de ponta de trilho.

3.2 — APRECIÇÃO DOS INDICADORES DE PRODUTIVIDADE MÉDIA E RENDIMENTOS MÉDIOS

As considerações acima levam também a enquadrar esses resultados obtidos na análise fatorial, a respeito de características da ocupação urbana, com pontos de vista expostos em outros trabalhos. Introduzem, também, à apreciação dos indicadores de produtividade média e rendimentos, e a do crescimento urbano do conjunto em estudo.

No já citado trabalho de Baer e Geiger, o terciário é encarado como fator de distribuição inter-regional da renda. A expansão do setor em emprego e renda na estrutura interna de cada região à atribuída, em parte, ao aumento de inter-relações entre setores e entre regiões, principalmente com o Sudeste, aumento esse promovido pela economia urbano-industrial.

Sob essa ótica, salienta-se que o crescimento do terciário também se relacionou, portanto, a uma dimensão nacional.

Por sua vez, F. de Oliveira e M. Reichstul¹¹ consideram que o Setor Serviços é o que tem mostrado participação relativamente mais constante na divisão inter-regional do trabalho. Esta sensibilidade menor a alterações no tempo diz respeito à baixa capitalização que caracteriza o setor, cuja função de produção se apóia em uma “ilimitada oferta de mão-de-obra”.

Inegavelmente, no País como um todo, mais de um terço da população economicamente ativa é absorvido pelos serviços, que representam, aproximadamente, a metade do produto interno. A par da fraca representatividade da indústria nesses agregados, estas condições vêm caracterizar um nível econômico baixo, levando em conta que parcela considerável do setor serviços se refere a atividades tradicionais, típicas de quadros pouco desenvolvidos.

Não obstante, tem-se assinalado³ que, no referido setor, os índices mais elevados de crescimento relativo dizem respeito a subsetores mais modernos, como os de Atividades Sociais e Profissões Liberais, e o de Comércio de Imóveis e de Valores Imobiliários, Crédito, Seguro e Capitalização. De modo geral, admite-se que a expansão desse terciário está ligada à atividade industrial. A estes se acrescenta a promoção do ramo de Transportes, Comunicação e Armazenagem.

Mas, no conjunto urbano em estudo, os Fatores I e II obtidos na análise fatorial colocam em questão estas características gerais apontadas quanto a um comportamento “industrial” do terciário. Em outras palavras, atividades que implicam ocupações marginais, absorvedoras de mão-de-obra “residual”, como são na Prestação de Serviços o emprego doméstico ou o de confecções e reparação de vestuário, no Comércio de Mercadorias, o de gêneros alimentícios e o ambulante, integram-se num e noutro Fator com ocupações que se referem a um estágio mais avançado do Terciário, isto é, aquele que acompanha a industrialização. Recorda-se, aqui, que, realmente, a PEA na atividade industrial mostrou “loading” negativo no Fator I, no qual o Comércio de Imóveis, Crédito, etc. se faz, porém, presente. No Fator II, a ocupação na Indústria é acompanhada pela PEA nos Transportes, mas igualmente pela PEA no Comércio Ambulante (tab. 1).

Reafirma-se assim que, nos Fatores I e II, estão presentes atividades que tanto se relacionam à urbanização regional, isto é, ao crescimento da população nas cidades, como atividades que se relacionam à expansão do processo nacional urbano-industrial. Já nos Fatores III e IV uma e outra dessas atividades estão individualizadas.

As características apontadas nos Fatores I e II traduzem certamente o nível de industrialização da região, ainda baixo no contexto nacional.

Por sua vez, os **indicadores de produtividade e de rendimentos médios da PEA urbana**, que permitem inferir condições econômicas e sociais, fornecem uma imagem da frágil situação do conjunto urbano em estudo. Como se pode verificar na Tabela 2, o Nordeste, no Brasil, registra os valores mais baixos nos Serviços, Comércio e na Transformação Industrial. O quadro urbano em estudo, apesar de não ser comparável às regiões, também aponta para produtividades que podem ser consideradas fracas e para rendimentos médios precários (tab. 3). De acordo com os coeficientes de variação, os maiores contrastes se verificam na receita do comércio, cuja posição dominante faz evocar uma estrutura de caráter ainda mercantil.

Nas suas implicações geográficas, estas análises, que conduziram à uma apreciação global do conjunto urbano através de valores médios, levam a considerar o nível dos centros e fazem conjecturar que aquele terciário mais representativo da industrialização pode encontrar expressão nas grandes cidades, principalmente nas metrópoles. Efetivamente, centros que obtiveram “scores” elevados no Fator I, também apresentam atividade industrial importante. Além disso, suas notas acima da média no Fator II tiveram correspondência com “scores” altos no Fator IV.

Por outro lado, deve-se salientar que a média baixa registrada pelos rendimentos no quadro urbano em análise (tab. 3), remete ao problema social particularmente grave de 87 centros, cujos “scores” ficaram abaixo da média. No tocante à relação entre Valor da Transformação Industrial e Pessoal Ocupado, apenas 44 cidades mostraram índices acima da média, mas aí também figuram aglomerados que, em termos absolutos, não têm qualquer expressão na atividade em questão.

Essas considerações conduzem ao exame das condições de produtividade e rendimentos, com base na Teoria da Concentração. Segundo a teoria, atividades de maior valor adicionado ou de preços mais competi-

FUNÇÕES URBANAS NO NORDESTE

Davidovich, Fany

Funções urbanas no Nordeste. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil. Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste, Fundação IBGE, 1977.

p. ilustr.

Colaboração de Maria do Socorro Alves e Marília Carneiro Natal

1. Urbanismo - Nordeste. I. Alves, Maria do Socorro - colab. II. Natal, Marília Carneiro - Colab. III. Banco do Nordeste do Brasil. Departamento de Estudos Econômicos do Nordeste - ed. IV. Fundação IBGE. V. Título.

CDU 711(812/814)

TABELA 2
PRODUTIVIDADE PER CAPITA
NORDESTE NO BRASIL
PER CAPITA DE PESSOAL OCUPADO POR SETORES DE ATIVIDADES
(mil cruzeiros)

	RECEITA DO COMÉRCIO	RECEITA DE SERVIÇOS	VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL
Brasil	79.6472	13.4640	20.3103
Nordeste	41.4018	6.8550	11.4413
São Paulo	116.4430	17.3068	23.9690

TABELA 3
PRODUTIVIDADE PER CAPITA E RENDIMENTOS MÉDIOS (*)
NORDESTE: 254 DISTRITOS – SEDE

	RECEITA DO COMÉRCIO /P. OCUPADO	RECEITA DOS SERVIÇOS /P. OCUPADO	V. T. I. /P. OCUPADO	RENDIMENTOS MENSIS DA PEA URBANA
	. MIL CRUZEIROS			CRUZEIROS
$\bar{x}$	29.3527	4.7049	9.4798	184.1420
	34.0110	2.1027	9.9412	52.2066
Coef. Variação	1.1587	0.4469	1.0487	0.2835

FONTES: Censos Comercial, de Serviços, Industrial 1970.

(*) Tabulação Especial do Censo Demográfico 1970.

Obs.: para os cálculos, ver referência na página 10.

tivos tendem a localizar-se nas grandes aglomerações, enquanto as de baixo valor se mantêm ou se transferem para centros menores.

Tais premissas servem a uma hipótese, baseada no exame da participação relativa da PEA por faixas de tamanho de cidade (tab. 4). Estabelece-se que as atividades cuja proporção é mais elevada, em média, nos centros de dimensões inferiores, seriam menos produtivas do que nos centros maiores, o que é testado pelos indicadores adotados. Deste modo, a apreciação da produtividade e rendimentos no quadro urbano em análise leva em conta os **tamanhos de cidades e sua relação com as atividades**.

Para tanto, fez-se uso dos seguintes elementos:

- a) a distribuição da PEA por tamanhos de cidades (tab. 4), através da qual se verifica que as proporções de ocupação nas Atividades Industriais, no Comércio de Mercadorias, nos Transportes e Comércio Ambulante, e ainda na Construção Civil, apresentam percentuais mais elevados em centros nas faixas de tamanhos intermediários e pequenos. Já os percentuais da PEA na Prestação de Serviços e nas demais atividades crescem com o aumento do tamanho urbano.

Por outro lado, os coeficientes de variação registrados pelas atividades nesse conjunto de cidades, mostram tendências à concentração em diversos setores, inclusive em alguns daqueles que apresentam percentuais mais elevados da PEA em faixas de tamanhos urbanos pequenos e intermediários. As atividades industriais, por exemplo, acusam o índice de dispersão mais forte, com 0,70 (tab. 5);

- b) um outro elemento foram as medidas padronizadas de produtividade nos Serviços, Comércio e Indústria e de Rendimentos Médios mensais da PEA urbana, que figuram em tabelas mais adiante, ao lado de cada classe de cidades (Anexo 6.4). Nelas se constata que condições econômicas e sociais precárias estão frequentemente ligadas a certas especializações e a um tamanho urbano menor.

Assume-se, então, que segmentos “modernos” ou mais eficientes e “tradicionais” ou mais improdutivos se acham embutidos na mesma atividade, e que os segmentos modernos prevalecem nos centros de categoria

superior. Vale dizer que aquelas ocupações, cujos percentuais mais elevados se encontram em cidades de tamanhos menores, corresponderiam às parcelas menos eficientes da respectiva atividade, seja a Indústria, seja o Comércio de Mercadorias e outros.

Considerando a atividade industrial, verifica-se que a especialização em pequenos centros de um gênero tradicional, como o têxtil, mostra geralmente “scores” padronizados inferiores à média, na relação VTI/Pessoal Ocupado, como em Neópolis e S. Cristóvão ou em Santa Rita, Bayeux e Moreno que, no entanto, ocupam níveis máximos na estrutura do Fator II. “Scores” de produtividade mais altos se referem, via de regra, a centros das áreas metropolitanas do Recife, como Paulista e Cabo e, principalmente, aos centros petroquímicos de Salvador.

Deste modo, a medida de produtividade adotada para o Valor da Transformação Industrial confirma a tendência de se apresentarem, em localidades menores, as atividades mais improdutivas. Centros de áreas metropolitanas já se constituem, na verdade, em extensão da cidade central. Por outro lado, confirma-se, igualmente, que indústrias de tecnologia mais atrasada influem em rendimentos inferiores da PEA, como ocorre em Santa Rita, Bayeux e outros, enquanto, particularmente nos da área metropolitana de Salvador, se registram valores dos mais altos.

Quanto ao Comércio de Mercadorias, verifica-se que naquelas faixas de cidades em que a PEA se mostra percentualmente mais alta, prevalece geralmente o ramo varejista de gêneros alimentícios. A este também pode-se acrescentar a coleta e comercialização de certos produtos agrícolas, caracterizando centros como pontos de operação no aparelho de exportação, setor esse em atraso, devido à restrita pauta de diversificação regional, basicamente representada ainda pelo açúcar, cacau e algodão e, portanto, não atingido pelos incentivos de governo, que se voltam para a exportação de manufaturados. Comumente se referem a unidades familiares, o que faz avolumar nos dados censitários a categoria de “empregadores”.

Indicadores utilizados para a avaliação da produtividade no comércio, registraram para centros tradicionais de coleta e comercialização agrícola, como Iguatu, Sousa e Patos, os “scores” padronizados entre -0.07 e 0.29, enquanto Campina Grande e Montes Claros, grandes centros comerciais, se situaram acima de 1 (um) desvio padrão positivo.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO DA PEA URBANA POR CLASSES DE TAMANHO DE CIDADES
(254 DISTRITOS—SEDE SELECIONADOS) 1970

DISTRITOS—SEDE		P E A URBANA TOTAL	VALORES PERCENTUAIS									COMÉR- CIO DE IMÓ- VEIS
POPULAÇÃO URBANA	No.		SETOR PRIMÁ- RIO	ATIVI- DADES INDUS- TRIAIS	CONS- TRU- ÇÃO CIVIL	COMÉR- CIO DE MERCA- DORIAS	COMÉR- CIO AM- BULAN- TE	PRESTA- ÇÃO DE SERVI- ÇOS	ATIVI- DADES SOCI- AIS	TRANS- POR- TES	SERVI- ÇOS GO- VERNA- MENTAIS	
≤ 7.000	47	52.398	30,40	11,65	10,30	9,20	2,57	17,25	7,31	5,58	4,67	1,08
> 7.000 a ≤ 15.000	112	271.552	25,30	12,74	10,62	10,58	2,75	18,38	7,30	6,54	4,44	1,32
> 15.000 a ≤ 30.000	55	272.153	16,01	16,25	11,45	11,38	4,02	19,45	7,41	7,24	5,14	1,65
> 30.000 a ≤ 50.000	16	145.856	14,26	12,97	11,14	13,60	4,53	21,40	7,28	7,89	5,15	1,78
> 50.000 a ≤ 150.000	13	261.339	7,47	13,69	11,26	14,12	4,90	25,95	7,55	8,14	4,52	2,41
> 150.000 a ≤ 251.000	8	415.852	2,67	11,48	10,67	12,51	3,79	25,08	11,57	7,33	12,06	2,85
> 251.000	3	824.726	1,78	14,21	9,81	12,49	3,95	27,13	10,24	7,54	9,09	3,75
Total	254	2.243.876	8,66	13,57	10,53	12,31	3,90	24,02	9,21	7,39	7,71	2,69

FONTE: Tabulação Especial do Censo Demográfico de 1970

TABELA 5

PARÂMETROS SELECIONADOS DAS PROPORÇÕES DA PEA URBANA NO
DISTRITO—SEDE EM 10 RAMOS DE ATIVIDADES NAS
254 CIDADES SELECIONADAS (1970)

RAMOS DE ATIVIDADE ECONÔMICA	MÉDIA %	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO
1. No setor primário	21,66	13,81	0,64
2. Nas atividades industriais exceto inds. de construção	13,45	9,42	0,70
3. Nas inds. de construção	10,73	5,35	0,50
4. No com. de mercadorias, exceto feiras, mercados e com. ambulante	10,96	3,39	0,31
5. No com. ambulante, feiras e mer- cados	3,18	2,12	0,67
6. Na Prestação de Serviços	19,04	5,71	0,30
7. Nas Atividades Sociais	7,59	2,50	0,33
8. Nos Transportes, Comunicação e Armazenagem	6,79	3,73	0,55
9. Serviços Adm. Governamentais, Leg., Justiça, Seg. Pública	5,10	3,10	0,61
10. Com. de Imóveis e Val. Mobiliários, Créditos, Seguros e Capitalização, Prof. Liberais	1,50	0,95	0,63

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970

As proporções da PEA nos setores de Transporte, Armazenagem e Comunicação e no Comércio Ambulante, Feiras e Mercados, mostraram-se mais acentuadas em faixas de tamanhos intermediários de cidades. Paralelamente, é nestes centros que se observa carência de emprego em setores terciários, justificando o papel do Comércio Ambulante e das Feiras, portanto, de atividades de baixa remuneração, na sua vida urbana.

Trata-se porém de centros em que essas condições apresentam caráter distinto, de vez que compreendem núcleos de indústrias tradicionais de localização dispersa; centros portuários, quase sempre obsoletos, associados ou não à indústria; centros que integram áreas metropolitanas, onde há recurso ao equipamento da cidade central.

Verifica-se, assim, que, no tocante a condições de vida da população, os rendimentos mensais são inferiores à média, não só naqueles centros de indústria mais antiga mencionados, como nos portos de Areia Branca, Aracati ou Cabedelo.

Por sua vez, localidades identificadas pela dominância da PEA no setor primário, figuram, geralmente, com os mais baixos índices de rendimento e de produtividade nas diferentes ocupações. Sob vários aspectos, confirmam, assim, seu caráter de extensão do mundo rural.

Quanto à construção Civil, para a qual também não se dispôs de medidas de avaliação específica de produtividade, trata-se, geralmente, de uma atividade de baixa remuneração, em função da pouca exigência em mão-de-obra qualificada. Verifica-se, assim, que alguns centros registraram notas elevadas de ocupação na Construção Civil, como Salgueiro e Ouricuri, mas os "scores" padronizados nos rendimentos estão entre 0 e 0.16, isto é, na média. Entretanto, em localidades onde esse emprego está associado à Indústria de Transformação, as posições nos rendimentos são elevadas, como nas da área metropolitana de Salvador ou em Paulo Afonso.

No tocante às **grandes cidades**, constata-se que absorvem a gama de ocupações mais complexa, compreendendo desde aquelas que respondem pelas relações extra-regionais, até as de categoria local. Assim, a Prestação de Serviços apresenta uma diversificação incomparável a de centros de tamanho inferior, quer pelas necessidades de especialização para um atendimento em massa, quer pelas interdependências que se criam com outros setores de atividades. Mas também se caracteriza pela proliferação de ocupações de fraca produtividade e remuneração.

Relativamente à ocupação na Indústria, evidencia-se que o sistema de incentivos fiscais induziu a concentração de gêneros “dinâmicos” e/ou de gêneros “tradicionais” reequipados e recentes nas metrópoles, e, secundariamente, em algumas das capitais nordestinas. Basta lembrar que 77,5% do valor dos recursos aprovados pela SUDENE, em 1970, tinham como destino os Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, dos quais 55% canalizados para as respectivas áreas metropolitanas.

Não obstante, cabe assinalar que, a despeito das mudanças na estrutura industrial da região, em que a modernização acarretou declínio proporcionalmente maior no emprego do que no Centro Sul, ainda, em 1970, 43% da PEA manufatureira nordestina se encontravam nos gêneros têxtil e de produtos alimentares. Se bem que a modernização tenha implicado declínio relativo menor no Valor da Transformação Industrial do que na ocupação regional, a implantação de gêneros dinâmicos desempenha papel ainda pouco significativo na estrutura da indústria. Sobressai a petroquímica que, no entanto, é de geração limitada de emprego. Deste modo, centros que integram a área metropolitana de Salvador apresentam “scores” dos mais elevados na eficiência da indústria, mas participação maior da PEA na Construção Civil.

No tocante ao Comércio de Mercadorias, por exemplo, Recife e Salvador são ainda as principais praças de comercialização de produtos agrícolas da região. Aspectos de modernização no setor têm lugar sobretudo nas metrópoles e capitais, como foi a instalação de centros de abastecimento, a partir de 1969. Por outro lado, é nas maiores cidades que o comércio ligado a produtos industriais diversificados tem representatividade. Mas, paralelamente, o Comércio Ambulante, etc. absorve nas metrópoles quase 4% da PEA, isto é, pouco acima da média do conjunto urbano em estudo.

Por sua vez, mesmo aqueles setores do chamado terciário superior, incluídos nas Atividades Sociais e Serviços Administrativos, estão envolvidos com estruturas tradicionais. Trata-se de atividades cujas raízes se encontram nas características históricas da função administrativa do País. Na verdade, o superdimensionamento que lhes tem sido atribuído advém, certamente, do legado paternalista da atuação oficial.

A hipótese inicial, baseada na Teoria da Concentração, se vê, portanto, confirmada, em linhas gerais, uma vez constatado que diversificação e

tamanho urbano maior apresentam superioridade econômica e social no conjunto de cidades em estudo, levando a inferir que as condições mais favoráveis de produção e consumo se encontram nas áreas metropolitanas de Salvador e Recife. Pode-se também presumir que nelas tem representatividade maior aquele terciário ligado à industrialização.

Mas, contextos regionais distintos influem, por sua vez, nas diferenciações de produtividade e de rendimentos, não só entre as grandes cidades, como entre os demais aglomerados do quadro urbano em pauta.

Verifica-se, assim, que, entre as capitais, diferenciações podem advir dos índices de produtividade industrial, no que ressalta o papel da posição geográfica e das seleções prioritárias de implantação fabril, formuladas pela SUDENE. Desse modo, Recife e Salvador estão à frente, com "scores" acima da média; Natal também se apresentou nessa posição, enquanto S. Luís acusou índice inferior à média.

Constata-se, por outro lado, que a produtividade média no comércio se eleva em centros onde o setor atacadista responde por grande parte do valor da receita total e absorve número reduzido de pessoal ocupado. Explicam-se, assim, posições superiores de Maceió em relação a Natal, de Crato em relação a Juazeiro do Norte, de Arcoverde em relação a Caruaru. Essas características levam a conjecturar que a produtividade comercial ligada ao setor atacadista implica, também, determinados distanciamentos entre cidades ou certa "lógica espacial"

Mais uma referência diz respeito ao próprio tamanho das cidades e à estrutura econômica que preside a vida urbana. A dinâmica do Estado da Bahia faz ressaltar a posição de centros comerciais de dimensão média, no tocante a níveis relativamente mais favoráveis em rendimentos e na produtividade em serviços e comércio, como Vitória da Conquista, Ilhéus, Itabuna ou mesmo Feira de Santana, esta já mais envolvida na industrialização. Acresce ainda que centros pequenos e muito pequenos podem revelar também condições favoráveis, ou em rendimentos ou em uma atividade, o que se verifica em alguns aglomerados ligados a certo dinamismo da vida agrícola ou industrial, como Imperatriz, ou Boquira e Paulo Afonso. No entanto, faz-se necessário ressaltar que os indicadores utilizados para aferir posições na produtividade e rendimentos podem atribuir níveis elevados a certos centros, correspondendo, porém, a situações inexpressivas em ter-

mos de recursos, isto é, envolvem um **per capita** com números absolutos insignificantes.

Por exemplo, Várzea da Palma, no norte de Minas, com 51 pessoas ocupadas em Serviços e com nota negativa no Fator I, apresentou o mais alto "score" na receita do setor. Centros Industriais, que também se identificaram negativamente naquele Fator, podem ser incluídos no mesmo caso, como Goiana e Cabo ou Simões Filho e Catu, ou ainda S. Francisco do Conde, que obteve a nota máxima na receita do Comércio.

Deste modo, entre as principais observações quanto a condições de produtividade e rendimentos, podem-se apontar:

- a) que posições superiores em uma e outra das condições se relacionam, via de regra, a tamanho urbano mais importante, como antes mencionado. Por outro lado, o setor industrial, que apresenta produtividade menor em certas cidades grandes, não concorre para deslocá-las de uma situação mais favorável em termos de rendimentos, ou seja, de uma posição acima da média do conjunto. Traduz-se aí o papel que já parecem desempenhar as economias de aglomeração. Já no caso particular das cidades baianas citadas, tem-se, sobretudo, a influência da estrutura mercantil do Estado, comprovando, até certo ponto, que uma produtividade no comércio e serviços pode atenuar diferenciações sócio-econômicas entre cidades, dotadas ou não de função industrial importante;
- b) que posições elevadas em rendimentos nem sempre se compatibilizam com as de valores superiores no comércio, serviços e indústria, apontando em certos casos para questões mais agudas de concentração de renda, de desemprego e subemprego, entre outras. Nessas condições, reconhece-se, sobretudo, o reflexo de problemas de contexto regional originados freqüentemente da vida rural. Em algumas cidades, a defasagem se caracteriza pelas posições mais favoráveis em rendimentos do que na produtividade, como em Teresina ou João Pessoa, mas, um distanciamento mais acentuado, nesse particular, se verifica em Imperatriz ou Lagarto. Em outras cidades, um "score" superior na receita comercial não se faz acompanhar pelos dos rendimentos e serviços, como se pode notar em Campina Grande, mas principalmente em Crato

ou em Arcoverde. Por sua vez, a produtividade de centros especializados na indústria nem sempre é seguida de uma posição mais favorável em rendimentos, no que se diferenciam núcleos das áreas metropolitanas de Recife e de Salvador, aqueles correspondendo a estruturas urbanas mais antigas;

- c) que certa conciliação entre os diversos indicadores pode ser observada em situações desfavoráveis, isto é, nos “scores” médios ou inferiores à média registrados por grande número de cidades. Centros regionais tradicionais, como Sobral, Juazeiro do Norte e Mossoró, apresentaram valores médios nas atividades, mas, em rendimentos, os dois primeiros situaram-se em quase 1 (um) desvio padrão negativo. Centros cuja especialização se refere a indústrias antigas, a condições portuárias obsoletas ou à dominação da ocupação no setor primário, acusam, quase sempre, “scores” baixos, tanto nos rendimentos como na produtividade. Tais situações são reveladoras de estruturas sociais muito precárias.

Concluindo o comentário, deve ser salientado que o comportamento dos centros face à produtividade das diversas atividades e aos rendimentos dá idéia de suas condições econômicas e sociais, permitindo assinalar diferenciações dentro de grupos ou classes de cidades, definidos pela mesma estrutura ocupacional.

3.3 — ANÁLISE DO CRESCIMENTO URBANO

Por sua vez, a **análise do crescimento urbano** entre 1950/60 e 1960/70 (Anexo 6.4.2) mostra, em linhas gerais:

- a) que a urbanização não se refere apenas ao incremento populacional de grandes cidades ou ao afluxo migratório para uns poucos pontos; ao contrário, mostra-se difusa, abrangendo numerosas localidades pequenas e confirmando o que anteriormente se mencionou a respeito de seu papel como etapas de migrações. Na verdade, nessa categoria de centros encontram-se, em termos relativos, os maiores aumentos, como em Guadalupe e Imperatriz, a que também correspondem as posições mais elevadas nos percentuais de crescimento em relação ao total;

- b) que independentemente de tamanho urbano, se registram ritmos de crescimento relativo acentuado nos dois períodos considerados e ritmos desiguais, que tanto podem referir-se a uma sensível elevação na década de 60, como ao inverso, isto é, aumento na década de 50 seguido de queda no período seguinte. Entre os primeiros, citam-se Teresina, Montes Claros ou Florianópolis, que inclusive sobressaem nas percentagens em relação ao total, e Salvador ou Aracaju, cujos crescimentos, apesar de apenas próximos às médias dos períodos considerados, ainda são expressivos de per si. Entre os que se caracterizam por ritmos desiguais, citam-se Fortaleza ou Vitória da Conquista, Orós ou Monte Azul, que cresceram mais no primeiro período, e Juazeiro ou Petrolina, Ouricuri ou Pacajus, que sobressaíram na década seguinte;
- c) que, não obstante, já se apresenta certa estabilidade demográfica em centros grandes, como na cidade do Recife ou em São Luís, e centros de tamanhos intermediários, como Campina Grande e Caruaru;
- d) que um decréscimo ou esvaziamento urbano mais acentuado se verifica em alguns bolsões, correspondentes a antigas estruturas de pequenos centros, como o Brejo da Paraíba e o Recôncavo Baiano.

Constata-se, portanto, que a Teoria da Diversificação, que relaciona tamanho das cidades e crescimento, mencionada na parte inicial do trabalho, nem sempre se vê confirmada no conjunto urbano em análise. Centros urbanos grandes e diversificados acusam ainda crescimento acentuado, no que se inclui o grande Recife. Por outro lado, centros especializados, tanto podem apresentar aumentos, quanto declínios contínuos de população, como é o caso de núcleos de indústria antiga.

Em termos relativos, crescimentos acentuados ocorreram na especialização, mas correspondem aos aglomerados das áreas metropolitanas de Salvador e do Recife e a um ou outro pequeno centro, onde os aumentos foram espetaculares. Localizam-se junto à matéria-prima, como Boquira e Brumado, em relação ao extrativismo mineral; Imperatriz, quanto à expansão agrícola na Belém-Brasília; ou localizam-se também junto a obras hidrelétricas, como Guadalupe e Paulo Afonso.

Não obstante, certa estabilidade de crescimento parece caracterizar-se em centros regionais de dimensões intermediárias desde Campina Grande a Garanhuns, ou Crato. Presume-se que, para um mesmo período de tempo, essa categoria de centros mostre tendências a um menor incremento urbano do que as metrópoles e capitais, que passam a integrar outras localidades, e do que os pequenos aglomerados. Estas características poderão estender-se a centros de funções e portes equivalentes que acusaram aumento populacional mais acentuado, na década de 60, como são os da Bahia.

Deste modo, certos centros regionais de tamanhos intermediários carecem de maior dinamismo populacional no sistema urbano em pauta. Sofrem concorrência das grandes aglomerações e, ao mesmo tempo, das localidades pequenas no afluxo de migrantes da região, no que se caracteriza um fator de fraca articulação no espaço regional do Nordeste.

Pode-se então concluir que, nos aspectos gerais da urbanização da região, se refletem sobretudo implicações da política nacional, quer na indução subsidiada do crescimento econômico, que favorece os grandes centros, quer na expansão da acessibilidade na região, que tem favorecido centros pequenos e médios; também se refletem condições da própria vida agrícola regional.

Crescimento urbano oscilante pode, por exemplo, ser caracterizado nas posições ao longo de um mesmo eixo rodoviário, em que centros se suplantam a outros, sucessivamente no tempo, como Vitória da Conquista em relação a Jequié, Sousa em relação a Patos, Piri-piri em relação a Campo Maior. Pode, igualmente, caracterizar-se pelo ritmo de esvaziamento das áreas rurais circundantes, responsável por aumentos relativos intensos em pequenos aglomerados, num dado momento no tempo, como em Oeiras (PI); S. João dos Patos (MA) ou em Pentecoste (CE) e Cuité (PB).

No entanto, cabe assinalar as condições agrícolas que, em termos relativos, têm assegurado crescimento elevado e contínuo a centros como Arapiraca, Picos ou Irecê, ou aos que se localizam na retaguarda de frentes pioneiras, como Bacabal. Tais condições merecem, portanto, atenção especial das esferas de decisão, quer pelo exemplo espontâneo que parecem oferecer de fixação de população, quer pelas necessidades de desenvolver seu papel de intermediários entre segmento urbano e rural.

A relação entre essas formas de crescimento e a situação dos centros quanto a rendimentos e produtividade média das atividades, acrescenta elementos às análises anteriores. Como observações principais e, a grosso modo, podem apontar-se:

- a) que o crescimento urbano parece não influir em condições que implicam certa compatibilização nos valores mais favoráveis em rendimentos e, de modo genérico, na produtividade, como se verifica nas maiores cidades. Via de regra, exceção feita à ocupação industrial, aquelas condições podem encontrar-se em centros com diferentes formas de comportamento populacional, isto é, tanto em Montes Claros e Feira de Santana, como Ilhéus; tanto em Salvador como no Recife;
- b) que o crescimento urbano parece também não ter vinculação com condições que mostram certa compatibilização nos valores de rendimentos e produtividade mais desfavoráveis, como ocorre em centros menores e sobretudo nos de tamanho pequeno, como, por exemplo, Tauá ou Piripiri, entre outros;
- c) que, em certos centros, um crescimento urbano elevado parece estar mais relacionado ao posicionamento dos rendimentos, face ao da produtividade. Seriam os casos de Teresina e João Pessoa ou de Lagarto, Imperatriz e Guadalupe, nos quais os índices dos rendimentos prevalecem sobre os das atividades. Mas, em outros, o crescimento pode ligar-se a rendimentos mais baixos do que a produtividade, como em Sobral e Juazeiro do Norte;
- d) face às duas observações acima, verifica-se que o crescimento urbano contribui para a diferenciação de estruturas metropolitanas e de aglomerações urbanas na região. Assim como na área de Salvador, o aumento populacional em centros industriais da área do Recife não interfere na produtividade da indústria, mas, contrariamente, tem a ver com posições inferiores nos rendimentos. Em centros da área metropolitana de Fortaleza, encontram-se decréscimos populacionais, relacionando-se à dominância da ocupação no setor primário e a níveis de vida baixos, sobretudo, em Aquiraz. Por sua vez, em estruturas de aglomerações urbanas⁷, o aumento de população tanto pode estar relacionado a baixas condições econômicas e sociais, como em Timon (Tere-

sina), mas sobretudo em Bayeux (João Pessoa), como a um nível de rendimentos superior, como em Parnamirim (Natal);

- e) que o declínio ou estagnação populacional se relacionam a baixos níveis sociais e econômicos em pequenos centros de estrutura urbana antiga, como em Guarabira e nos já mencionados núcleos têxteis e de produtos alimentares esparsos, levando a constatar a precária situação de iniciativas empresariais locais. Por outro lado, o declínio demográfico pode levar, paradoxalmente, a uma imagem de sobreequipamento em certos centros de serviços, na medida que aí se registraram condições superiores à média em rendimentos e algumas atividades, com exceção da indústria. Servem de exemplo localidades decadentes, como Belmonte ou Nazaré.

4 — CLASSIFICAÇÃO DAS CIDADES

As classes de cidades foram estabelecidas mediante uma análise de agrupamento, tendo como dados de entrada os “scores” da análise fatorial. No processo de classificação, foram utilizados dois cortes, representando graus de generalização diferentes: o primeiro, implicando 43% de perda de detalhe, identificou grupos ou classes de centros, representados pelos números de 1 a 18; o segundo corte, atingindo a 31% na perda de detalhe, definiu nove agrupamentos de centros, representados no dendograma (fig. 5), por letras de A a I (*).

O primeiro nível foi o adotado para a classificação, dada a maior similaridade intragrupo aí verificada. Contudo, a ordenação dos grupos não corresponde à numeração que consta no dendograma. Obedece a uma seqüência, na qual foi levada em conta a estrutura ocupacional dominante nos centros, determinada pela posição de cada atividade face à respectiva média, nesse quadro urbano. Tornou-se possível distinguir agrupamentos, segundo:

- a) a Dominância de uma Função, com suas gradações, isto é, desde uma proporção acentuada da ocupação até sua combinação com outras atividades;
- b) a Associação de Funções, a partir de uma das atividades dominantes, traduzindo certa equivalência na posição das ocupações em relação às respectivas médias;
- c) a Dominância da Diversificação, com diferenciações baseadas na projeção de uma ou mais atividades e admitindo também associação com outros setores de ocupação.

Reconheceram-se, portanto: a Dominância da PEA no setor Primário e Associações (grupos ou classes de 1 a 7); a Dominância da PEA nas

(*) Foram efetuados ajustamentos visando uma caracterização melhor das classes de cidades. Assim, no agrupamento A, introduziu-se a cidade de Touros, apesar de sua ligação aí corresponder a um coeficiente de similaridade de 1.99. Por sua vez, os agrupamentos G e H que, ao nível do corte 2, deveriam figurar em um só conjunto, assim como os grupos 14 e 18 ao nível do corte 1, foram mantidos separados.

Atividades Industriais e Associações (grupos ou classes de 8 a 11); a Dominância da PEA no setor Terciário e Associações (grupos ou classes de 12 a 18), que constam do Anexo 6.3 e que estão ilustrados no cartograma (Fig. 6).

A complementação da análise das classes de cidades se faz com elementos já comentados, isto é, os indicadores de produtividade e rendimentos, assim como tamanho e formas de crescimento urbano. São elementos que tanto se prestam a diferenciar os agregados ou agrupamentos maiores, quanto a distinguir internamente os grupos que os constituem.

4.1 — DOMINÂNCIA DA PEA NO SETOR PRIMÁRIO

Nesse agrupamento reuniram-se cinco classes de centros (classes de 1 a 5), em um total de 87 localidades, que absorvem pouco mais de 9% do total da PEA. Basicamente, caracterizam-se pelas elevadas proporções de ocupação no setor primário, entre 29 e 69% dos respectivos totais da PEA, e pelo tamanho geralmente pequeno e muito pequeno, uma vez que a dominância mais evidente ocorre nos aglomerados com população inferior a 15.000 habitantes.

Ligados diretamente à vida rural, estes centros representam locais de residência de pessoal agrícola, em grande parte, refletindo mudanças na estrutura agrária da região, em que proprietários e mesmo “moradores” passam a ter domicílio em distritos-sede de municípios.

Aos diferentes grupos corresponde uma gradação da dominância na ocupação do setor primário, decorrente de combinações com outras atividades, apesar dos pequenos montantes de PEA implicados, no que se inferem formas tênues de vida urbana na região e as funções que as determinam. Por sua vez, centros classificados na Associação de Funções (classes 6 e 7), a partir da ocupação no setor primário, em número de 21, correspondem, de certo modo, a uma condição urbana um pouco mais efetiva, se bem que a ligação com o quadro rural ainda se faça muito presente.

A gradação da dominância de ocupação no setor primário relaciona-se, em certos grupos, ao aumento do tamanho urbano, sobressaindo, por

exemplo, a posição de Imperatriz (classe 5.1) e de Arapiraca (classe 5.3), acima de 15.000 habitantes. Mas é preciso também considerar os contextos regionais em que se encontram os centros, contextos esses a que igualmente se relacionam os tipos de atividades que entram nas combinações.

Verifica-se, assim, que centros pequenos e muito “especializados” podem viver praticamente da coleta e de trocas locais, caracterizando diversos aglomerados das classes 1 e 2, principalmente, a exemplo de Mari, Condado ou Cururupu, mas Irecê, em meio a uma “ilha agrícola” importante no sertão baiano, já possui raio de ação mais extenso.

As classes mais numerosas são as da combinação com a PEA terciária (classe 5), compreendendo 58 centros, com prevalência dos que se complementam, sobretudo, com a ocupação no comércio e na prestação de serviços. Caracteriza-se, de um lado, que formas primárias de urbanização se calcam em localidades tradicionais, que não evoluíram dessa condição, como Itabaiana, Quixadá e Açu, ou em localidades de urbanização incipiente, como Pedreiras, Pacajus e Barra do Corda (sede de município modelo, erigido pelo Incra desde 1966), comportando vários tipos de crescimento urbano (classe 5.2)(*). Grande parte dos centros foi definida nos níveis 4 das Regiões Funcionais Urbanas (IBGE), predominando os de nível 4b.

Por sua vez, a combinação com o emprego na construção civil mostra influências da posição geográfica, como a de Pentecoste e Altos (classe 3), nas proximidades das capitais, e do crescimento urbano oscilante, a que se relaciona o caráter conjuntural desta ocupação. Já a combinação como o setor industrial se refere a atividades regionais tradicionais, como os beneficiamentos e a manipulação da palha de carnaúba, a exemplo de Santana do Acaraú (classe 4).

Dadas as condições geralmente primárias da urbanização, aspectos de produtividade se revestem de pouca significação. Cabe no entanto assinalar que a posição de centros embrionários de serviços, identificada na combinação de atividades (classes 5.1, 5.2 e 5.4) ou na associação de funções (classe 6), está geralmente vinculada a valores médios de produtividade no comércio e serviços.

(*) Mas, por outro lado, cabe reconhecer que a técnica de agrupamento inclui cidades em que a ocupação no setor primário já não se faz tão importante, principalmente Caicó, que desempenha função mais discriminada de lugar central.

Uma situação mais favorável em rendimentos é rara, mas pode apresentar-se em centros submetidos a dinamismo agrícola e demográfico, particularmente em Imperatriz ou em Janaúba e S. Sebastião do Passé, incluídos na categoria de atividades associadas com a indústria (classe 7).

Tanto os centros caracterizados pela dominância da ocupação no setor primário, quanto os definidos na associação com outras funções, são mais numerosos no Maranhão e no Ceará, isto é, respectivamente, em Estados onde a fronteira agrícola ainda se desloca e onde a urbanização é tolhida, não só por influência da estrutura da produção e de um quadro natural adverso, como pela primazia da metrópole. Acresce ainda que, nesses Estados, também se encontram as condições sociais mais desfavoráveis.

A distribuição geográfica de cada um dos grupos de cidades é dispersa, apresentando inserção em estruturas espaciais homogêneas do ponto de vista da produção agrícola, do meio físico, dos recursos humanos e outros. Observam-se, porém, conjuntos formados por centros que participam de diferentes classes de ocupação primária, caracterizados no Brejo da Paraíba, no sertão Centro Norte do Ceará ou na zona cacauzeira da Bahia, nos quais se configura certa hierarquização da função de coleta. No entanto, centros identificados nessa atividade comparecem também em estruturas urbanas complexas, como a da área metropolitana de Fortaleza.

4.2 — DOMINÂNCIA DA PEA NAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS

A esse agrupamento corresponde o menor número de centros e a mais baixa absorção da PEA no conjunto urbano em estudo, isto é, 5,32%, não alcançando os 10%, mesmo com a inclusão das classes identificadas na associação com outras ocupações.

A caracterização do agrupamento leva, portanto, a salientar que a especialização nas atividades industriais é restrita; que essa especialização se refere a proporções de ocupação entre 28 e 42%, nas classes de dominância, e de 20% nas classes em que há associação com outras atividades; que o tamanho dos centros está geralmente compreendido nas faixas de 7.000 a 30.000 habitantes.

Distinguem-se os grupos ou classes (8 e 9; 10 e 11) pela gradação das proporções de pessoal ocupado, mas, a participação de outras atividades é

inferior à das classes que estão compreendidas no agrupamento caracterizado pela ocupação primária. Confirma-se, assim, o que se disse antes a respeito da especialização na indústria, isto é, que se trata de centros, nos quais serviços e comércio se mostram inexpressivos. Confirma-se, igualmente, o papel relativamente mais importante das atividades que se associam positivamente com a indústria no Fator II, isto é, o setor de transportes e o comércio ambulante. Efetivamente, são estas as ocupações que tanto apresentam certa representatividade nos centros identificados por uma dominância menos acentuada da PEA manufatureira (classe 8), como vêm a caracterizar um grupo de centros, classificados na associação de ocupações (classe 11).

A análise das classes de centros também levou em conta o aumento do tamanho urbano, que tem relação com uma proporção menor da ocupação na indústria. Mas, o fator tamanho não mostra o mesmo papel nas classes incluídas na associação de ocupações, nas quais devem ser considerados, seja a influência do tipo de indústria, seja o destaque nas atividades de transportes e comércio ambulante. Essas características têm implicações com aspectos locais, isto é, as posições geográficas mostram-se importantes na própria identificação de grupos de centros.

Ressalta, portanto, que a discriminação das classes está sobremaneira vinculada ao tipo de indústria que, por sua vez, envolve condições de localização, de produtividade e rendimentos e de formas de crescimento urbano.

Verifica-se que a classe em que a ocupação na indústria é superior a 40%, corresponde a centros de tecelagens tradicionais (classe 8). Situados, via de regra, nas proximidades de capitais, apresentam homogeneidade sob vários aspectos, inclusive do declínio demográfico. Paulista apresenta, porém, posição mais favorável, ilustrando a superioridade de uma condição metropolitana, isto é, de um centro tradicional que se estrutura com indústrias modernas, quase sempre de capitais extra-regionais.

Uma outra classe, caracterizada por certa homogeneidade, é aquela em que predominam os núcleos da área metropolitana de Salvador, já antes comentados, no tocante ao crescimento e ao tipo de indústria intensiva em capital, que fazem sobressair o emprego na construção civil, e no tocante ao maior dinamismo demográfico e econômico (classe 10). Por sua vez, a classe 11 se identifica principalmente pela presença da função portuária e

pelos percentuais mais baixos na ocupação industrial. Em outra parte do trabalho também já se fez referência a suas condições geralmente inferiores de produtividade e de rendimento. Assinala-se, mais uma vez, a diferenciação de níveis, devida a uma situação metropolitana, como a de Jaboatão, centro de residência operária junto ao Recife, em relação aos núcleos que compõem a aglomeração de João Pessoa e aos que integram o complexo salineiro potiguar.

A classe mais numerosa (classe 9) é a de cidades compreendidas na faixa de população entre 15.000 e 30.000 habitantes, a que correspondem diferentes tipos de indústria, não demonstrando, portanto, padrões homogêneos nos diversos aspectos considerados. Aí se encontram centros situados próximos ou integrados em estruturas metropolitanas, como Catu e Cabo, que apresentam maior dinamismo econômico e demográfico, ou como Goiana e Igarassu; centros antigos e dispersos, muitos deles decadentes, cuja vida urbana se mantém em torno da fábrica ou da usina, como Delmiro Gouveia, Rio Largo, Estância ou Valença, na indústria têxtil; ou como Catende e Carpina, na indústria de produtos alimentares, a qual, mesmo em um núcleo especializado de atividade mais recente, como Pesqueira, não apresenta resultados favoráveis em termos de produtividade ou rendimentos da PEA urbana. Nesta classe, caracteriza-se também a dispersão da função portuária, legado de fases mais antigas, que está presente em centros, onde a posição de embarcadouro de produtos agrícolas foi fator de crescimento em certos períodos, como Aracati, Camocim ou Goiana e Valença.

Os padrões espaciais destes núcleos já foram anteriormente comentados. Em linhas gerais, pode-se acrescentar que são poucos interiorizados e mais numerosos nas áreas de tradição agrícola importante, isto é, na zona da mata, quer os que participam da concentração metropolitana, quer os de localização dispersa, e na do Recôncavo Baiano, incluindo a área de Salvador.

4.3 — DOMINÂNCIA DA PEA TERCIÁRIA

Trata-se do agrupamento que absorve a maior parcela de PEA desse conjunto urbano, correspondendo a mais de 74% do total dessa PEA e, caso se incluam os grupos em que o emprego terciário se associa a outras ocupações, alcança a mais de 80% daquele total. Mas, em número de centros, é superado pelos aglomerados “especializados”. Na verdade, a

concentração é coberta por um único grupo de 13 cidades, que responde por 55% do emprego nesse setor (Anexo 6.3).

As cidades, que compõem as classes ou grupos (12 a 15), referem-se aos centros de serviços mais característicos dentro da estrutura urbana da região. Trata-se de cidades de tamanhos diversos, que exercem funções regionais em diferentes níveis de atuação, encabeçados pelas metrópoles e capitais.

A discriminação dos grupos se faz: a) pelas combinações, que dizem respeito à proeminência de certas atividades do próprio terciário ou à das do setor secundário, neste caso, mais patente em aglomerados classificados na associação de ocupações. Cabe, porém, salientar, em cada grupo de cidades, o primado da prestação de serviços, que está, portanto, presente nas várias combinações. Aliás, é esta a atividade que absorve as maiores proporções de PEA no conjunto urbano analisado, isto é, 24,02%; b) pelo grau de diversificação das atividades, determinado pela posição de cada uma delas, em relação à respectiva média, em cada grupo.

No tocante à coerência interna das classes, verifica-se que obedece, basicamente, à similaridade da estrutura ocupacional, em termos relativos. Significa dizer que nem sempre há correspondência com certa homogeneidade em tamanho, produtividade e rendimentos ou em formas de crescimento urbano. Reafirma-se, portanto, o que se disse antes a respeito de classes de cidades, cuja estrutura assim determinada pode incluir centros com diferentes ritmos de urbanização e com diferentes níveis hierárquicos e posições geográficas. Não obstante, em alguns grupos, reconhecem-se padrões relativamente mais homogêneos, no tocante aos diversos aspectos considerados. Trata-se de grupos em que a especificidade de certas funções remete à idéia de atividades líderes, isto é, de atividades em torno das quais se integram as demais, nos centros urbanos.

Nesse tocante, verifica-se que tamanho e posição hierárquica superior no sistema urbano regional confirmam o grupo de cidades formado pelas capitais, isto é, a classe em que a função administrativa, representada pela proeminência dos serviços governamentais, é particularmente caracterizada.

Em outra parte do trabalho já se fez referência às condições econômicas e sociais destes centros, condições avaliadas pelos índices de produ-

tividade e rendimento acima das médias, independentemente das formas de crescimento urbano. Acresce que, nesse grupo, se encontram os valores mais elevados na receita dos Serviços, sem esquecer, porém, que pesquisas recentes atribuíram para a área metropolitana do Recife 114 mil sub-empregados e 30 mil desempregados. Também se fez referência às diferenças entre estas cidades, no tocante à posição na indústria, à posição na relação entre aumento populacional mais intenso e rendimentos e outros aspectos, salientando-se a liderança de Salvador e Recife. Mais uma referência cabe à situação de Fortaleza que, à exceção da produtividade nos serviços, mostra condições inferiores às capitais do litoral oriental do Nordeste. Novamente vale evocar a influência de estruturas regionais, que se manifesta, por exemplo, na posição mais favorável de centros tradicionalmente ligados à produção açucareira.

Neste grupo, pode-se constatar que a dinâmica de certas atividades do terciário é função do tamanho urbano. A incidência maior de serviços de infra-estrutura social em certas cidades é atribuída a seu caráter de alta elasticidade renda, isto é, considera-se que são atividades cuja multiplicação decorre de um efeito renda. No tocante aos serviços governamentais, por exemplo, Harvey, citando Thompson (1965), reafirma que “o aspecto redistributivo das funções gerais de governo aumenta com o tamanho da cidade”⁹. Confirma-se, assim, que centros urbanos maiores mostram melhor infra-estrutura de serviços sociais e de Administração pública, e interdependências setoriais mais acentuadas, o que pode ser relacionado ao grau de diversificação apresentado nesse grupo. Efetivamente, a não ser nos setores de ocupação primária e secundária, as demais atividades se posicionam sempre acima das respectivas médias no conjunto urbano em questão, o que já não ocorre nas outras classes de cidades.

Nesse particular, evidencia-se a prevalência da estrutura comercial nos maiores centros. Comparando com as metrópoles do Sudeste, verifica-se que Salvador, Recife e Fortaleza acusaram, no comércio de mercadorias (1970), participação da população economicamente ativa entre 14%, aproximadamente, e mais de 15%, enquanto Rio de Janeiro e Belo Horizonte registraram cerca de 12% e São Paulo 11,8%. Nas atividades industriais, a metrópole paulistana apresentou participação superior a 34%, enquanto as do Recife, Salvador e Fortaleza foram, respectivamente, de 16%, 13% e 13,3%.

Em outras cidades incluídas nessa classe, como Montes Claros, Ilhéus e Juazeiro, o fator tamanho, inferior a 100.000 habitantes, subtrai efeitos de economias de escala e aglomeração. Por outro lado, os valores de produtividade e rendimentos, geralmente favoráveis, já podem aí corresponder, apenas, a situações relativas e pouco expressivas, como, por exemplo, a indústria em Ilhéus (tabela 5).

Certa homogeneidade de padrões também é encontrada em classes de cidades, nas quais se distingue, igualmente, especificidade de funções, seja pela vida comercial, seja pela presença do setor transportes.

O primeiro caso se caracteriza principalmente na Bahia, sobressaindo a posição dos centros ao longo de rodovias importantes, o papel do comércio atacadista de produtos valorizados no mercado externo, como cacau, mamona e sisal. Já antes se fez referência a estas cidades, em termos de produtividade, rendimentos e dinamismo populacional, que implica, também, certa projeção da construção civil. Deste modo, Vitória da Conquista, Itabuna, Itapetinga ou Jacobina mostram padrões mais homogêneos do que Crato ou Floriano.

O segundo caso caracteriza-se principalmente em centros tradicionais, cuja vida urbana é marcada pela presença de antigas funções portuárias como Pirapora ou Nazaré, às quais se associam atividades industriais de baixa produtividade, como o extrativismo do sal em Mossoró e beneficiamentos diversos em várias cidades, como em Cachoeira e Alagoinhas. A homogeneidade de padrões se manifesta sobretudo no tamanho urbano, geralmente pequeno, e nos centros com relativo decréscimo demográfico, onde podem manifestar-se índices mais favoráveis em rendimento ou produtividade.

Já na classe de cidades que reúne 27 centros, (classe 13) que são principalmente comerciais e de serviços, não se encontram padrões de homogeneidade. Exemplifica-se aí o caso de uma estrutura ocupacional similar que encobre situações urbanas diferenciadas, em termos de posição hierárquica e de condições sócio-econômicas. Figuram nessa classe, Feira de Santana e Juazeiro do Norte, Caxias e Pombal. (*)

(*) Uma análise discriminante poderá ajustar melhor certas classes de cidades apresentadas.

Por sua vez, nos grupos caracterizados na associação de funções, padrões mais homogêneos se baseiam sobretudo em tamanho quase sempre pequeno e em crescimento urbano, geralmente elevado, do tipo oscilante ou cogumelo. Referem-se tanto a lugares centrais, em que sobressai o emprego em obras públicas, como Salgueiro ou Icó, como a núcleos de atividades secundárias, que comportam certos serviços, como Brumado ou Guadalupe, (classe 16), e a localidades relacionadas diretamente às atividades agrícolas, como Bacabal, Guarabira, Limoeiro ou Ruy Barbosa (classe 18), nas quais a ocupação no setor primário já equivale à da prestação de serviços. Essas observações levam a concluir que vários destes centros apresentam posição intermediária entre diversificação e especialização.

5 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das classes de cidades e de aspectos de suas condições econômicas e sociais constitui-se em meio de aferir resultados da política de centros de crescimento, sustentada pelo governo. Sob este ângulo, constata-se que a transmissão espontânea do desenvolvimento dos grandes centros para a sub hinterlândia é bastante limitada.

Já se fez referência, anteriormente, à posição dos aglomerados em relação às médias registradas pelos indicadores de rendimentos e produtividade, médias, por sua vez, com valores bastante baixos. O número de centros colocados acima das médias é geralmente reduzido, mesmo no setor de Serviços e nos Rendimentos, que apresentaram menores coeficientes de variação (Tab. 3).

Cabe, deste modo, a advertência de que uma simples constatação de produtividade maior ou menor entre as cidades, não deve bastar a um planejamento que vise ao desenvolvimento da região. Pode-se incorrer no risco de direcionar a aplicação dos investimentos para centros mais dinâmicos, acentuando a desigualdade na distribuição espacial das atividades econômicas. Em outras palavras, chama-se a atenção para as distorções que podem advir de um planejamento meramente setorial.

Finalmente, e à guisa de **conclusão**, cabe referência à noção de escalas de urbanização, introduzida como hipótese, na parte inicial do trabalho.

Essas escalas abrangem, em linhas gerais, áreas submetidas à atuação de esferas oficiais e áreas excluídas ou ainda marginalizadas de tal processo. No tocante à ação oficial, considera-se sobretudo a ingerência do poder federal na região, seja nas formas de concentração, onde se manifesta um tipo de crescimento econômico induzido, seja na disposição axial de cidades, ativadas pelo traçado de grandes troncos rodoviários, seja nos pequenos núcleos em áreas de programação agrícola recente. De outro lado, essas escalas refletem condições regionais por assim dizer espontâneas, ainda não atingidas diretamente por medidas governamentais.

Considerando primeiramente as **escalas relacionadas à dinâmica do processo urbano regional**, vale mais uma vez ressaltar que estas são assumi-

das, desde que se considere que o sistema urbano não apresenta ajustamentos homogêneos, como se fora animado por um ritmo uniforme. Nessas diferenças de adaptação, as grandes cidades contam com o tempo mais rápido e com um movimento auto-reforçador do crescimento. Para o planejamento, coloca-se naturalmente a questão da viabilidade de mudança em tal estrutura.

Escala do processo de urbanização na região podem ser aferidas por uma ou várias classes de cidades, envolvendo ora a ênfase no tamanho, ora no tipo de funções, ora na posição geográfica, e assim por diante. Sugere-se portanto:

- a) a escala da metropolização, constituída basicamente por Salvador e Recife, seguidas de Fortaleza, e pelos centros que integram oficialmente suas áreas metropolitanas, não obstante as diferenças de estrutura antes comentadas. Admite-se, assim, o fator tamanho como elemento importante de caracterização dessa dimensão, dadas as implicações com economias de escala e de aglomeração e, portanto, de uma eficiência global maior, ainda que em termos de Nordeste. Admite-se, também, que a interação entre estes centros e o sistema urbano nacional seja mais relevante do que com as cidades da região. Essa característica deve ser acentuada pelo tipo de implantação industrial no Nordeste, que atende muito mais ao setor produtivo e a necessidade das taxas de acumulação do capital, do que a problemas de mercado;
- b) uma outra escala do processo urbano regional pode ser reconhecida em centros que tangenciam a metropolização. A caracterização principal decorre de uma posição face à indução industrial, posição ainda relativamente secundária nas prioridades da SUDENE. Trata-se de capitais para onde começam a convergir empreendimentos industriais implantados por esse órgão, como Natal e João Pessoa que, de certo modo, passam a representar uma extensão do Recife; ou como Maceió e particularmente Aracaju, que podem vir a estruturar um complexo petroquímico, como extensão do pólo de Salvador. Nessa escala também estão compreendidos aqueles grandes centros situados na isócrona de aproximadamente duas horas a partir das capitais, como Feira de Santana e outros. Exercendo, ainda, atuação regional, seu tangen-

cionamento com a metropolização se faz pela complementariedade às indústrias das metrópoles e/ou pelo incentivo a atividades voltadas para a exportação. A estes se acrescenta Montes Claros, onde a industrialização, se bem que ligada também ao sistema da SUDENE, corresponde à extensão das metrópoles do Sudeste;

- c) outra escala diz respeito a centros caracterizados, sobretudo, por uma função regional importante, em que sobressai a vida comercial e particularmente o setor de exportação, nos quais a indução oficial vem-se manifestando principalmente pela implantação de distritos industriais. Incluem-se aqui centros ao longo das principais rodovias, como Vitória da Conquista e Jequié; e aglomerações como S. Luís e Teresina, Itabuna-Ilhéus, Petrolina-Juazeiro e Crato-Juazeiro do Norte, que caracterizam uma posição geográfica de concentrações urbanas separadas por grandes distâncias;
- d) mais uma escala do processo urbano regional pode ser reconhecida através da transformação do caráter de certas cidades, advinda da concorrência movida por um crescimento econômico do tipo cidade primaz, como a de Sobral em relação a Fortaleza, a de Mossoró em relação a Natal, a que se acrescenta o esvaziamento funcional de cidades em outros Estados, como em Alagoas e Sergipe. Essa dinâmica também pode ser observada entre centros pequenos, na medida que alguns se privilegiam, às expensas de outros, como Imperatriz, em relação a Carolina, Bacabal, em relação aos aglomerados do vale do Mearim, e assim por diante. A esta escala se vinculam, portanto, localidades geralmente marginalizadas do processo de indução oficial, algumas em estagnação ou decadência, desde centros de atividades terciárias, até núcleos de indústria mais antiga, já antes comentados. Mas, distritos industriais implantados em Sobral e Mossoró não pareciam, em 1970, ter ainda contribuído para reparar o esvaziamento de suas funções regionais;
- e) uma outra escala do processo urbano da região pode ser reconhecida através da classe de centros, cuja função principal é a de residência de pessoal ocupado no setor primário. Na parte inicial do trabalho fez-se referência às implicações dessa dimensão, em

termos de precariedade econômica e social do contexto urbano e regional.

Esta escala pode ser também caracterizada pela pulverização ou caráter repetitivo de uma mesma função, que é a de exportação extra-regional de algodão em pluma, agave, ou cereais, esparsamente associada a alguns daqueles pequenos centros. Como exemplos, tem-se Crateús ou os da área do Seridó, no Rio Grande do Norte, Senhor do Bonfim e Euclides da Cunha, Irecê e Santa Inês. Participando, portanto, das necessidades diretas da economia nacional e das atividades de exportação, são centros que, no entanto, não se comportam nem como pontos de crescimento, nem como focos de desenvolvimento, visto que não propiciam maior soma de recursos à população local.

O apoio oficial tem buscado contornar esta situação, através de programações agrícolas em vários trechos, onde os aglomerados devem constituir-se em sede de promoção da economia rural ou de apoio à construção de grandes rodovias. Servem de exemplos, Bom Jesus da Lapa e Santa Maria da Vitória, que se incluem em projetos da SUVALE, Barra do Corda, nos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, e outros.

As escalas da urbanização manifestadas nos aspectos locais, isto é, **na contigüidade física**, referem-se a centros suficientemente próximos para serem reconhecidos como conjuntos. Estas áreas tanto podem ser funcionalmente integradas pela presença de uma atuação urbana mais intensa, quanto caracterizadas pela homogeneidade de atividades. Distinguem-se:

- agregados ou “clusters”, formados pela concentração urbana. Compreendem as áreas metropolitanas, constituídas por uma grande cidade central, predominantemente terciária, e pelos municípios periféricos, que concorrem para a diferenciação de estruturas metropolitanas, devido, em grande parte, à especialização na indústria. Compreendem, também, aglomerações urbanas de diversos tipos⁷. Constituídas por cidades centrais de dominância terciária e por localidades dotadas de indústria antiga e de fraca produtividade, como as de João Pessoa e Aracaju; estruturadas por cidades centrais de dominância terciária e por pequenos centros de serviços, como as de Natal e Teresina; formadas por centros terciários complementares, como Petrolina-Juazeiro, Crato-Juazeiro do Norte, Ilhéus-Itabuna;

- tendências a eixo, como se pode observar em trechos onde se estabelecem interações mais intensas entre centros importantes de dominância terciária, a partir das capitais, como entre Salvador e Feira de Santana, Recife e Caruaru, João Pessoa e Campina Grande. Esboço de estrutura em eixo pode ser notado em Caxias, Altos e Campo Maior, em relação a Teresina;
- agregados formados por pequenos centros de áreas agrícolas densos e antigos, geralmente com decréscimo populacional. Compreendem, basicamente, os do Brejo da Paraíba cuja função dominante é a ocupação no setor primário, que, apenas em Guarabira, centro sub-regional, acusa associação com atividades terciárias; e centros do Recôncavo baiano, onde predominam funções de serviços e pequenos beneficiamentos tradicionais.

Estruturas de prevalência da ocupação no setor primário, com ou sem associação com outras atividades, se reconhecem ainda em diferentes trechos, apesar de não apresentarem características de densidade dos acima citados. Trata-se de conjuntos de centros na zona cacauífera, em torno de Ilhéus—Itabuna; no sertão Centro—Norte do Ceará ou no Cariri cearense; trata-se, também, do cordão de localidades à retaguarda das frentes pioneiras do Maranhão, que contrastam com a estrutura dos centros das áreas decadentes do vale do Itapecuru.

Algumas dessas escalas ou conjuntos são marcados pela posição centralizadora de certas localidades, dada uma atuação tradicional, como a de Sobral face ao vale do Acaraú e a de Ibiapaba ou de Guarabira, já mencionada. Em outras, esta centralização parece decorrer principalmente de uma captura de funções de aglomerados da mesma área, por vezes em processo de recuo demográfico, como Quixadá, no Centro-Norte do Ceará, ou Bacabal, em meio a pequenos centros próximos:

- outras escalas espaciais podem ser mencionadas; ainda que impliquem menor contigüidade física, elas se superpõem às dimensões que se relacionam ao ritmo de urbanização na região. Trata-se, também, das estruturas de pequenos centros dispersos, que se organizam em torno da vida rural.

Estas observações conduzem à parte introdutória do trabalho, onde se fez menção à necessidade de considerar as interseções de escalas no processo de urbanização da região, não só para finalidades de estudo, como para objetivos de planejamento.

Do que acima foi exposto, pode-se concluir que as áreas metropolitanas de Salvador e Recife correspondem a conjuntos, onde as interseções entre as escalas da economia nacional urbano-industrial e da economia regional se mostram mais eficientes, tendendo para uma racionalidade na divisão territorial do trabalho.

Considerando as idéias expostas na parte inicial do trabalho, a respeito de escalas e suas interseções, chama-se a atenção para implicações que podem ter com estratégias espaciais. Investimentos na metropolização, por exemplo, são passíveis de envolver a escala que se expressa nos centros com tendência a eixo, cabendo aí definir as funções mais compatíveis com sua posição na urbanização. Um planejamento que vise a desenvolver a articulação regional, deverá certamente voltar-se para a promoção de interseções, que signifiquem integrar a consolidação de estruturas produtivas na região e respectivas cidades. Dentro dessa ordem de idéias, estariam compreendidos centros de diferentes tamanhos e posições geográficas, inclusive aqueles de ocupação predominantemente rural, que podem levar a imagem de conjuntos espaciais representados por uma função única e simplesmente reduzidos a um ponto.

Significa dizer que caberia às estratégias da planificação desenvolver funções diferenciadas na região, segundo a inserção das cidades nas escalas do processo de urbanização. Em certos casos, poder-se-ia conjecturar sobre o reforço de uma posição de lugar central, reforço esse que promoveria interdependências com outros aglomerados da área, como, por exemplo, no Brejo da Paraíba. Em outros casos, seriam incentivadas complementaridades entre localidades próximas, confirmando tendências já existentes, como nas do sertão Centro-Norte do Ceará ou nas do baixo Jaguaribe.

Por outro lado, significa também dizer que, uma vez reconhecida a interdependência das escalas da urbanização na região, caberia ao planejamento imbuir-se, dentro do possível, da idéia de simultaneidade nas estratégias espaciais.

Finalmente, deve-se ainda assinalar que o crescimento econômico baseado no sistema de incentivos fiscais pode contribuir para um clima de instabilidade, mesmo naquelas áreas em posição mais favorável no quadro urbano regional. Exemplo recente é o do centro industrial de Aratu, que vem enfrentando situações de crise. Preocupações se têm levantado com a própria essência da organização tributária administrada pela SUDENE, preocupações essas que procuram avaliar a experiência, em termos de seus resultados negativos. Neste particular, há críticas que se referem a efeitos sobre a região, como um todo. F. Rezende¹², por exemplo, assinala, entre outros aspectos, que a falta de complementaridade intra-regional da produção é fator de baixa eficiência na utilização dos recursos.

6. A N E X O

6.1. FATORES ORDENADOS

MATRIZ DAS NOTAS OBTIDAS PELOS CENTROS NOS FATORES

Obs.: Identificação dos Centros em lista anexa.

	1	2	3	4
1	105. -4.9638	68. -4.9084	211. -5.9390	90. -5.8045
2	181. -4.6907	116. -4.8201	218. -4.4734	103. -4.0658
3	173. -4.6851	83. -3.7843	73. -4.1711	89. -3.7091
4	149. -4.0847	2. -3.7520	212. -3.7210	7. -3.3949
5	83. -3.8538	188. -3.3652	121. -2.9045	253. -2.8612
6	176. -3.7944	12. -3.1264	215. -2.8813	33. -2.7028
7	151. -3.6806	27. -2.9423	208. -2.5733	168. -2.6756
8	116. -3.5532	140. -2.9202	48. -2.3388	179. -2.5852
9	160. -3.4966	67. -2.9050	38. -2.0820	56. -2.5355
10	218. -3.4298	72. -2.6643	120. -2.0099	144. -2.3769
11	45. -3.3362	243. -2.5466	193. -1.8636	125. -2.3383
12	49. -3.3333	69. -2.4776	213. -1.8024	150. -2.2214
13	136. -3.2907	118. -2.4514	229. -1.7243	152. -2.0589
14	170. -3.2666	172. -2.4188	183. -1.6178	219. -2.0260
15	220. -3.1801	235. -2.3865	32. -1.5630	43. -2.0089
16	211. -3.1077	35. -2.3235	217. -1.5262	96. -1.9846
17	4. -3.0839	23. -2.3196	42. -1.5050	92. -1.9764
18	156. -3.0197	5. -2.3113	190. -1.4610	151. -1.9407
19	221. -2.9744	21. -2.3070	205. -1.4447	114. -1.8832
20	223. -2.9676	91. -2.2964	153. -1.4381	164. -1.7981
21	53. -2.9114	26. -2.2720	18. -1.4135	124. -1.7855
22	175. -2.8551	254. -2.2446	253. -1.4082	216. -1.7598
23	55. -2.8273	9. -2.1736	214. -1.3876	185. -1.6880
24	106. -2.8124	74. -2.1141	36. -1.3386	196. -1.6858
25	224. -2.7029	165. -2.0629	222. -1.3268	91. -1.6315
26	143. -2.6461	241. -2.0625	147. -1.3230	83. -1.6187
27	2. -2.6165	114. -2.0409	110. -1.3188	41. -1.5675
28	142. -2.5819	247. -1.8945	33. -1.2943	187. -1.5274
29	153. -2.5302	32. -1.8732	192. -1.2457	250. -1.4635
30	118. -2.5240	1. -1.8716	226. -1.2078	226. -1.4554
31	145. -2.4839	34. -1.8461	3. -1.1589	18. -1.4362
32	74. -2.4062	248. -1.7967	200. -1.1327	35. -1.4307
33	228. -2.3862	76. -1.7938	93. -1.1312	85. -1.3989
34	215. -2.3443	98. -1.7431	101. -1.1158	252. -1.3874
35	140. -2.3279	206. -1.7194	25. -1.1033	50. -1.3282
36	99. -2.3143	53. -1.6980	122. -1.0810	51. -1.2893
37	80. -2.2698	234. -1.6799	179. -1.0741	141. -1.2746
38	230. -2.2430	242. -1.6788	228. -1.0329	42. -1.2212
39	1. -2.1185	99. -1.6620	216. -1.0075	201. -1.2119
40	213. -2.1112	24. -1.6263	174. -1.0045	47. -1.2002
41	71. -2.0995	186. -1.5904	210. -0.9822	137. -1.1563
42	165. -2.0763	244. -1.5845	39. -0.9686	9. -1.0109
43	68. -1.9841	111. -1.5808	203. -0.8968	44. -1.0085
44	32. -1.9616	31. -1.5604	15. -0.8670	111. -0.9641
45	26. -1.9524	238. -1.5337	227. -0.8632	99. -0.9429
46	147. -1.9517	48. -1.4877	209. -0.8618	237. -0.9353
47	90. -1.8783	161. -1.4474	37. -0.8533	249. -0.9020
48	67. -1.8529	60. -1.4183	239. -0.8527	102. -0.8984
49	97. -1.7788	17. -1.3934	109. -0.8499	214. -0.8249
50	34. -1.7532	135. -1.3882	124. -0.8086	149. -0.8162
51	167. -1.7382	38. -1.3503	50. -0.8071	197. -0.8130
52	102. -1.7102	164. -1.3153	142. -0.7838	246. -0.7876
53	101. -1.6844	19. -1.2782	196. -0.7702	171. -0.7113

6.1. FATORES ORDENADOS

MATRIZ DAS NOTAS OBTIDAS PELOS CENTROS NOS FATORES

Obs.: Identificação dos Centros em lista anexa.

	1	2	3	4
54	5.	-1.6814	104.	-1.2734
55	158.	-1.6597	84.	-1.2620
56	253.	-1.6219	236.	-1.2611
57	48.	-1.6187	41.	-1.2367
58	169.	-1.5598	210.	-1.2308
59	115.	-1.4756	73.	-1.2244
60	222.	-1.4496	202.	-1.2055
61	148.	-1.4466	232.	-1.2037
62	212.	-1.4275	57.	-1.2014
63	27.	-1.4230	58.	-1.1847
64	180.	-1.3948	195.	-1.1724
65	72.	-1.3912	117.	-1.1550
66	172.	-1.3599	184.	-1.1349
67	217.	-1.3297	231.	-1.1097
68	81.	-1.3212	185.	-1.0516
69	208.	-1.3179	166.	-1.0287
70	77.	-1.2471	123.	-1.0143
71	86.	-1.2448	95.	-1.0031
72	226.	-1.1387	94.	-0.9926
73	139.	-1.1271	143.	-0.9765
74	133.	-1.1201	65.	-0.9692
75	154.	-1.0912	47.	-0.9421
76	229.	-1.0818	20.	-0.8946
77	188.	-1.0787	90.	-0.8733
78	44.	-1.0675	85.	-0.8605
79	87.	-1.0341	250.	-0.8590
80	98.	-1.0258	107.	-0.8548
81	6.	-1.0119	62.	-0.8503
82	144.	-0.9975	96.	-0.7722
83	146.	-0.9708	63.	-0.7534
84	241.	-0.9509	240.	-0.7494
85	155.	-0.9502	43.	-0.7320
86	88.	-0.8867	45.	-0.7160
87	104.	-0.8573	245.	-0.7132
88	141.	-0.8480	124.	-0.6647
89	95.	-0.8079	71.	-0.6257
90	60.	-0.7965	246.	-0.5692
91	94.	-0.7567	77.	-0.5565
92	69.	-0.7508	46.	-0.5356
93	166.	-0.7381	187.	-0.6794
94	117.	-0.7330	6.	-0.4737
95	190.	-0.6556	14.	-0.3665
96	254.	-0.6504	163.	-0.3636
97	9.	-0.6174	178.	-0.3605
98	42.	-0.5783	136.	-0.3549
99	120.	-0.5662	28.	-0.3427
100	28.	-0.5587	144.	-0.3395
101	31.	-0.5467	251.	-0.3204
102	189.	-0.5274	66.	-0.3118
103	185.	-0.5132	39.	-0.3059
104	240.	-0.4807	97.	-0.2472
105	251.	-0.4762	134.	-0.2373
			219.	-0.7570
			168.	-0.7488
			246.	-0.7436
			63.	-0.7408
			207.	-0.7374
			252.	-0.7279
			96.	-0.7151
			191.	-0.7044
			224.	-0.6936
			150.	-0.6918
			237.	-0.6906
			8.	-0.6856
			220.	-0.6646
			103.	-0.6368
			187.	-0.6348
			51.	-0.6265
			148.	-0.6203
			126.	-0.6164
			7.	-0.6034
			199.	-0.5977
			244.	-0.5736
			29.	-0.5730
			108.	-0.5653
			71.	-0.5644
			225.	-0.5380
			221.	-0.5330
			89.	-0.5312
			92.	-0.4982
			198.	-0.4951
			82.	-0.4880
			194.	-0.4825
			204.	-0.4726
			236.	-0.4703
			233.	-0.4578
			30.	-0.4558
			206.	-0.4414
			31.	-0.4373
			41.	-0.4335
			248.	-0.4073
			77.	-0.3991
			16.	-0.3763
			88.	-0.3761
			251.	-0.3755
			26.	-0.3686
			43.	-0.3623
			13.	-0.3099
			250.	-0.3006
			249.	-0.2933
			35.	-0.2931
			81.	-0.2408
			197.	-0.2242
			184.	-0.2174
			109.	-0.6986
			169.	-0.6956
			30.	-0.6858
			94.	-0.6768
			87.	-0.6690
			23.	-0.6371
			251.	-0.6239
			194.	-0.6169
			136.	-0.5639
			78.	-0.5485
			3.	-0.5430
			158.	-0.5303
			71.	-0.5234
			95.	-0.4955
			230.	-0.4931
			29.	-0.4895
			122.	-0.4790
			181.	-0.4720
			61.	-0.4684
			148.	-0.4473
			126.	-0.4398
			65.	-0.4295
			192.	-0.4205
			112.	-0.4169
			74.	-0.4014
			101.	-0.3935
			70.	-0.3738
			209.	-0.3630
			234.	-0.3521
			222.	-0.3258
			110.	-0.3085
			15.	-0.2909
			63.	-0.2264
			38.	-0.2246
			121.	-0.2242
			75.	-0.2210
			93.	-0.2154
			198.	-0.2063
			183.	-0.1996
			107.	-0.1965
			224.	-0.1920
			154.	-0.1816
			225.	-0.1785
			66.	-0.1740
			123.	-0.1370
			254.	-0.1234
			128.	-0.0987
			174.	-0.0919
			21.	-0.0481
			161.	-0.0323
			100.	-0.0221
			176.	-0.0092

6.1. FATORES ORDENADOS

MATRIZ DAS NOTAS OBTIDAS PELOS CENTROS NOS FATORES

Obs.: Identificação dos Centros em lista anexa.

		1		2		3		4
106	132.	- 0.4469	42.	- 0.2306	170.	- 0.1821	172.	0.0026
107	130.	- 0.4249	198.	- 0.2231	254.	- 0.1742	19.	0.0100
108	114.	- 0.3873	191.	- 0.2017	59.	- 0.1558	60.	0.0134
109	219.	- 0.2875	125.	- 0.2011	78.	- 0.1474	248.	0.0225
110	23.	- 0.2348	183.	- 0.1845	152.	- 0.1407	210.	0.0342
111	12.	- 0.2100	138.	- 0.1375	90.	- 0.1392	170.	0.0343
112	121.	- 0.1736	119.	- 0.1308	40.	- 0.1241	221.	0.0392
113	35.	- 0.1467	75.	- 0.1193	56.	- 0.1066	245.	0.0553
114	65.	- 0.1448	204.	- 0.0876	160.	- 0.0919	84.	0.0765
115	8.	- 0.1115	16.	- 0.0627	178.	- 0.0882	200.	0.0851
116	85.	- 0.0444	92.	- 0.0547	231.	- 0.0787	118.	0.0854
117	17.	- 0.0326	70.	- 0.0545	241.	- 0.0720	129.	0.0867
118	174.	- 0.0241	233.	- 0.0517	157.	- 0.0655	153.	0.0972
119	247.	- 0.0194	127.	- 0.0369	137.	- 0.0635	173.	0.0987
120	129.	- 0.0166	87.	- 0.0262	112.	- 0.0463	247.	0.1078
121	209.	- 0.0118	109.	- 0.0057	106.	- 0.0451	25.	0.1084
122	135.	0.0114	217.	0.0081	167.	- 0.0305	175.	0.1161
123	233.	0.0155	169.	0.0147	139.	- 0.0255	163.	0.1163
124	199.	0.0159	201.	0.0219	28.	- 0.0249	147.	0.1303
125	227.	0.0442	78.	0.0509	171.	- 0.0030	52.	0.1309
126	128.	0.1254	93.	0.0826	132.	0.0080	191.	0.1584
127	197.	0.1481	86.	0.0982	107.	0.0627	155.	0.1659
128	235.	0.1742	49.	0.1096	164.	0.0781	39.	0.1714
129	66.	0.1806	203.	0.1330	180.	0.0807	17.	0.1747
130	37.	0.1815	52.	0.1382	182.	0.0879	82.	0.1998
131	50.	0.1956	64.	0.1657	189.	0.1038	104.	0.2016
132	182.	0.2248	132.	0.1743	19.	0.1053	108.	0.2163
133	111.	0.2703	25.	0.1823	57.	0.1399	64.	0.2234
134	10.	0.2802	10.	0.1847	119.	0.1400	97.	0.2328
135	63.	0.2922	110.	0.2117	131.	0.1512	106.	0.2338
136	249.	0.3404	252.	0.2400	65.	0.1544	98.	0.2361
137	47.	0.3428	194.	0.2489	85.	0.1674	37.	0.2362
138	163.	0.3808	197.	0.2554	87.	0.1781	143.	0.2385
139	21.	0.4006	56.	0.2720	181.	0.1805	16.	0.2447
140	164.	0.4130	37.	0.2863	177.	0.1899	10.	0.2515
141	91.	0.4246	11.	0.2922	52.	0.1939	202.	0.2544
142	201.	0.4271	121.	0.3098	115.	0.2001	133.	0.2589
143	202.	0.4796	207.	0.3212	6.	0.2209	54.	0.2606
144	210.	0.5032	228.	0.3322	158.	0.2256	157.	0.2630
145	57.	0.5275	100.	0.3599	186.	0.2306	62.	0.2679
146	96.	0.5443	175.	0.3790	47.	0.2445	131.	0.2750
147	18.	0.5761	3.	0.3808	223.	0.2450	162.	0.2803
148	82.	0.5984	239.	0.3818	154.	0.2553	135.	0.2932
149	187.	0.5993	22.	0.3837	102.	0.2714	117.	0.2937
150	76.	0.6067	177.	0.4560	162.	0.3005	73.	0.2986
151	138.	0.6178	108.	0.4989	80.	0.3007	159.	0.3180
152	46.	0.6189	229.	0.5005	70.	0.3117	80.	0.3216
153	19.	0.6316	44.	0.5083	149.	0.3124	36.	0.3366
154	193.	0.6396	50.	0.5159	151.	0.3174	2.	0.3529
155	79.	0.6638	211.	0.5295	75.	0.3572	139.	0.3572
156	225.	0.6941	199.	0.5488	159.	0.3807	24.	0.3596
157	24.	0.6951	120.	0.6105	195.	0.3826	193.	0.3605

6.1. FATORES ORDENADOS

MATRIZ DAS NOTAS OBTIDAS PELOS CENTROS NOS FATORES

Obs.: Identificação dos Centros em lista anexa.

		1		2		3		4
158	3.	0.7024	171.	0.6106	127.	0.3878	217.	0.3731
159	20.	0.7212	162.	0.6432	24.	0.3887	239.	0.3892
160	123.	0.7237	54.	0.6453	185.	0.3961	232.	0.4066
161	92.	0.7313	33.	0.6740	125.	0.4122	180.	0.4202
162	54.	0.7509	13.	0.6813	144.	0.4244	142.	0.4443
163	58.	0.7781	174.	0.6941	79.	0.4309	213.	0.4497
164	61.	0.7931	128.	0.7020	201.	0.4335	203.	0.4837
165	248.	0.8264	130.	0.7126	130.	0.4465	72.	0.4921
166	232.	0.8436	196.	0.7563	100.	0.4622	208.	0.4937
167	206.	0.8527	205.	0.7639	104.	0.5134	120.	-0.4969
168	122.	0.8633	113.	0.8169	230.	0.5156	127.	-0.5032
169	113.	0.8785	103.	0.8404	113.	0.5189	77.	0.5345
170	124.	0.9266	129.	0.8490	4.	0.5289	49.	0.5405
171	64.	0.9341	181.	0.8523	10.	0.5372	115.	0.5600
172	93.	0.9860	190.	0.8535	64.	0.5414	76.	0.5793
173	59.	1.0665	208.	0.8751	141.	0.5568	28.	0.5970
174	38.	1.1522	36.	0.9021	242.	0.5590	218.	0.6007
175	84.	1.1526	141.	0.9217	243.	0.5736	231.	0.6055
176	126.	1.1571	193.	0.9428	176.	0.5858	8.	0.6158
177	43.	1.1757	167.	0.9430	11.	0.5869	167.	0.6220
178	157.	1.2085	182.	0.9558	238.	0.5906	40.	0.6231
179	214.	1.2111	61.	0.9735	128.	0.5936	105.	0.6252
180	14.	1.2235	122.	0.9804	134.	0.6205	228.	0.6545
181	125.	1.2255	220.	0.9818	245.	0.6287	27.	0.6649
182	250.	1.2370	115.	0.9956	240.	0.6297	132.	0.6673
183	177.	1.2810	7.	1.0079	156.	0.6401	240.	0.6736
184	179.	1.2837	168.	1.0446	146.	0.6403	48.	0.6746
185	107.	1.2924	89.	1.0492	54.	0.6634	46.	0.7301
186	16.	1.3810	180.	1.0650	84.	0.6835	31.	0.7438
187	39.	1.4342	227.	1.0661	232.	0.7027	113.	0.7446
188	191.	1.4404	8.	1.0876	20.	0.7097	227.	0.7477
189	243.	1.6074	30.	1.1105	22.	0.7103	59.	0.7478
190	127.	1.6608	15.	1.1216	163.	0.7125	138.	0.7652
191	30.	1.6632	222.	1.1224	95.	0.7138	236.	0.7751
192	171.	1.6694	189.	1.1338	155.	0.7219	14.	0.7775
193	56.	1.6699	145.	1.1340	202.	0.7261	6.	0.7805
194	178.	1.7341	237.	1.1396	62.	0.7302	156.	0.7847
195	109.	1.7345	226.	1.1408	133.	0.7455	177.	0.8001
196	150.	1.7576	230.	1.1427	165.	0.7638	229.	0.8024
197	192.	1.7800	112.	1.1436	66.	0.7660	58.	0.8333
198	238.	1.7865	156.	1.1522	234.	0.8172	238.	0.8353
199	11.	1.7963	126.	1.1611	55.	0.8407	119.	0.8401
200	25.	1.8082	40.	1.1792	21.	0.8647	223.	0.8597
201	134.	1.8112	179.	1.1857	61.	0.8775	146.	0.8620
202	73.	1.8127	137.	1.2018	9.	0.8784	69.	0.8695
203	40.	1.8526	214.	1.2044	173.	0.9109	22.	0.8742
204	195.	1.8872	4.	1.2152	129.	0.9334	160.	0.8767
205	186.	1.8984	216.	1.2246	136.	0.9418	186.	0.9022
206	245.	1.9163	142.	1.2655	99.	0.9513	215.	0.9102
207	33.	1.9221	212.	1.2880	123.	0.9654	67.	-0.9286
208	137.	1.9291	215.	1.3271	97.	0.9826	145.	1.0175
209	100.	1.9393	18.	1.3323	94.	0.9999	165.	1.0477

6.1. FATORES ORDENADOS

MATRIZ DAS NOTAS OBTIDAS PELOS CENTROS NOS FATORES

Obs.: Identificação dos Centros em lista anexa.

		1		2		3		4
210	204.	1.9656	88.	1.3337	111.	1.0045	81.	1.0685
211	242.	1.9670	158.	1.3703	169.	1.0064	207.	1.0757
212	248.	1.9825	133.	1.3742	44.	1.0190	205.	1.1111
213	162.	1.9871	176.	1.4070	58.	1.0424	4.	1.1160
214	159.	2.0254	218.	1.4165	14.	1.0635	190.	1.1544
215	231.	2.0283	51.	1.4256	105.	1.0972	32.	1.1548
216	161.	2.0599	154.	1.4315	74.	1.1353	88.	1.1659
217	62.	2.0619	157.	1.4482	145.	1.1809	68.	1.1681
218	13.	2.1340	221.	1.4798	143.	1.1854	45.	1.1737
219	110.	2.1444	139.	1.4987	138.	1.1904	199.	1.1816
220	236.	2.1701	155.	1.5134	2.	1.1938	130.	1.2147
221	108.	2.2417	152.	1.5385	235.	1.1949	169.	1.2183
222	234.	2.2550	213.	1.5645	17.	1.1955	178.	1.2195
223	22.	2.3073	59.	1.6775	161.	1.2004	195.	1.2454
224	168.	2.3349	200.	1.7206	5.	1.2176	184.	1.2616
225	103.	2.3468	192.	1.7234	34.	1.2272	13.	1.2722
226	41.	2.3519	29.	1.7986	67.	1.2448	53.	1.3102
227	131.	2.3535	253.	1.8023	114.	1.2721	233.	1.3141
228	29.	2.3717	150.	1.8529	53.	1.3381	235.	1.3341
229	89.	2.3730	79.	1.8562	60.	1.3436	79.	1.3507
230	15.	2.4085	82.	1.9324	49.	1.3440	206.	1.3684
231	196.	2.5522	173.	1.9491	117.	1.3755	204.	1.3705
232	184.	2.5602	131.	1.9706	98.	1.4499	12.	1.4297
233	70.	2.5636	223.	1.9994	46.	1.4535	55.	1.4763
234	52.	2.6169	225.	2.0503	91.	1.4551	241.	1.5235
235	112.	2.7345	160.	2.1063	27.	1.4882	166.	1.5402
236	51.	2.7399	146.	2.1180	166.	1.5155	5.	1.5459
237	200.	2.7412	147.	2.1255	135.	1.5168	34.	1.5502
238	75.	2.7525	224.	2.1722	86.	1.5280	57.	1.5504
239	119.	2.8741	219.	2.2248	175.	1.5796	1.	1.5723
240	194.	2.9054	249.	2.2560	172.	1.5807	86.	1.5724
241	183.	2.9722	170.	2.2710	118.	1.6726	244.	1.6241
242	216.	2.9784	149.	2.3276	76.	1.7611	26.	1.6354
243	207.	3.0037	105.	2.3381	247.	1.7636	243.	1.6411
244	244.	3.0064	209.	2.7278	45.	1.7927	134.	1.6936
245	7.	3.0976	55.	2.7634	23.	1.8333	182.	1.7610
246	252.	3.1332	153.	2.7865	69.	2.0020	242.	1.7947
247	152.	3.1662	151.	2.6265	72.	2.1672	212.	1.8366
248	237.	3.3045	159.	2.8829	1.	2.3310	188.	1.9049
249	36.	3.3610	101.	2.9591	188.	2.3693	20.	1.9900
250	203.	3.4535	81.	3.3652	140.	2.4602	11.	2.0597
251	239.	3.5446	148.	3.5083	12.	2.6969	220.	2.0810
252	78.	3.5498	106.	3.5441	83.	3.0548	140.	2.1343
253	198.	3.5503	102.	4.0888	68.	3.1582	211.	2.2102
254	205.	4.0682	80.	5.0059	116.	3.5725	116.	2.5401

6.2 – LISTA DE IDENTIFICAÇÃO DOS CENTROS (TAB. 2)

1 – Carutapera	37 – Guadalupe
2 – Cururupu	38 – Oeiras
3 – Pinheiro	39 – Picos
4 – São Bento	40 – Uruçuí
5 – Rosário	41 – Bom Jesus
6 – São José Ribamar	42 – S. Raimundo Nonato
7 – São Luís	43 – Corrente
8 – Barreirinhas	44 – Camocim
9 – Brejo	45 – Santana do Acaraú
10 – Pindaré-mirim	46 – Itapagé
11 – Santa Inês	47 – Itapipoca
12 – Vitorino Freire	48 – Pentecoste
13 – Bacabal	49 – Aquiraz
14 – Pedreiras	50 – Caucaia
15 – Caxias	51 – Fortaleza
16 – Codó	52 – Maranguape
17 – Coroatá	53 – Pacatuba
18 – Timon	54 – Pacajus
19 – Chapadinha	55 – Aracati
20 – Imperatriz	56 – Russas
21 – Barra do Corda	57 – Tianguá
22 – Dom Pedro	58 – Ipu
23 – Colinas	59 – Sobral
24 – Balsas	60 – Canindé
25 – Carolina	61 – Baturité
26 – S. Rdo. das Mangabeiras	62 – Nova Russas
27 – São João dos Patos	63 – Crateús
28 – Esperantina	64 – Quixadá
29 – Parnaíba	65 – Quixeramobim
30 – Campo Maior	66 – Senador Pompeu
31 – Piripiri	67 – Jaguaribe
32 – Altos	68 – Pereiro
33 – Teresina	69 – Tauá
34 – Água Branca	70 – Iguatu
35 – Valença do Piauí	71 – Orós
36 – Floriano	72 – Cedro

73 – Icó
74 – Várzea Alegre
75 – Brejo Santo
76 – Campos Sales
77 – Barbalha
78 – Crato
79 – Juazeiro do Norte
80 – Areia Branca
81 – Macau
82 – Mossoró
83 – Touros
84 – Açu
85 – Angicos
86 – João Câmara
87 – Ceará-Mirim
88 – Macaíba
89 – Natal
90 – Parnamirim
91 – Pau dos Ferros
92 – Caicó
93 – Currais Novos
94 – Santa Cruz
95 – Nova Cruz
96 – Catolé do Rocha
97 – Picuí
98 – Cuité
99 – Alagoa Grande
100 – Guarabira
101 – Bayeux
102 – Cabedelo
103 – João Pessoa
104 – Mamanguape
105 – Rio Tinto
106 – Santa Rita
107 – Cajazeiras
108 – Patos
109 – Pombal
110 – Sousa
111 – Monteiro
112 – Camp. Grande

113 – Esperança
114 – Areia
115 – Itabaiana
116 – Mari
117 – Sapé
118 – Teixeira
119 – Araripina
120 – Ouricuri
121 – Salgueiro
122 – Petrolina
123 – Afogados da Ingazeira
124 – Serra Talhada
125 – Sertânia
126 – Arcoverde
127 – Limoeiro
128 – Surubim
129 – Belo Jardim
130 – Bezerros
131 – Caruaru
132 – Gravatá
133 – Pesqueira
134 – Sta. Cruz do Capibaribe
135 – Bom Conselho
136 – Bonito
137 – Garanhuns
138 – Lajedo
139 – Carpina
140 – Condado
141 – Goiana
142 – Igarassu
143 – Itamaracá
144 – Nazaré da Mata
145 – Paudalho
146 – Timbaúba
147 – Cabo
148 – Jaboatão
149 – Moreno
150 – Olinda
151 – Paulista
152 – Recife

- 153 – S. Lourenço da Mata
154 – Barreiros
155 – Catende
156 – Escada
157 – Palmares
158 – Ribeirão
159 – Vit. de Santo Antônio
160 – Delmiro Gouveia
161 – Santana do Ipanema
162 – Palmeira dos Índios
163 – União dos Palmares
164 – Viçosa
165 – Matriz de Camaragibe
166 – Arapiraca
167 – São Miguel dos Campos
168 – Maceió
169 – Pilar
170 – Rio Largo
171 – Penedo
172 – Porto da Folha
173 – Neópolis
174 – Propriá
175 – N. Sra. das Dores
176 – Maruim
177 – Itabaiana
178 – Lagarto
179 – Aracaju
180 – Estância
181 – São Cristóvão
182 – Tobias Barreto
183 – Barreiras
184 – Sta. Ma. da Vitória
185 – Barra
186 – Xique–Xique
187 – Bom Jesus da Lapa
188 – Irecê
189 – Boquira
190 – Brumado
191 – Guanambi
192 – Senhor do Bonfim
193 – Itaberaba
194 – Jacobina
195 – Ruy Barbosa
196 – Juazeiro
197 – Euclides da Cunha
198 – Serrinha
199 – Castro Alves
200 – Feira de Santana
201 – Amargosa
202 – Jaguaquara
203 – Jequié
204 – Poções
205 – Vit. da Conquista
206 – Itambé
207 – Itapetinga
208 – Paulo Afonso
209 – Alagoinhas
210 – Esplanada
211 – Camaçari
212 – Candeias
213 – Catu
214 – Lauro de Freitas
215 – Mata de São João
216 – Salvador
217 – S. Fco. do Conde
218 – Simões Filho
219 – Cachoeira
220 – Conc. do Jacuípe
221 – Cruz das Almas
222 – Itaparica
223 – Maragogipe
224 – Muritiba
225 – Nazaré
226 – Santo Amaro
227 – Sto. Anto. de Jesus
228 – S. Sebastião do Passé
229 – Vera Cruz
230 – Valença
231 – Itororó
232 – Belmonte

233 – Buerarema
234 – Canavieiras
235 – Coaraci
236 – Ibicaraí
237 – Ilhéus
238 – Ipiáu
239 – Itabuna
240 – Itajuípe
241 – Ubatã
242 – Itamaraju
243 – Itanhém

244 – Medeiros Neto
245 – Prado
246 – Januária
247 – Monte Azul
248 – Salinas
249 – Pirapora
250 – Bocaiúva
251 – Janaúba
252 – Montes Claros
253 – Grão Mogol
254 – Várzea da Palma

6.3. CLASSIFICAÇÃO DE CIDADES

MÉDIAS DAS CLASSES DE CIDADES NA OCUPAÇÃO POR SETORES DE ATIVIDADES ECONÔMICAS

No. de Classes	CLASSES DE CIDADES	No. de Cidades p/Classe	Total de PEA p/ Classe	% da PEA Total	PEA no Setor Pri- mário 1	PEA nas Ativida- des In- dustriais 2	PEA na Industria Constru- ção 3	PEA no Com. Mercado- rias 4	PEA no Com.Am- bulante 5	PEA na Prest. Serviços 6	PEA nas Ativ. So- ciais 7	PEA nos Transpor- tes 8	PEA nos Serviços Governa- mentais 9	PEA no Com.de Imóveis 10
	Médias da ocupação por setores de atividades				21,66	13,45	10,73	10,96	3,18	19,04	7,59	6,79	5,10	1,50
1	Dominância de PEA no setor primário	87	207.494											
2	Dominância muito acentuada	3	3.503	0,26	68,74	3,44	1,88	7,36	0,56	5,69	5,58	1,90	4,85	0,00
3	Dominância acentuada	16	25.102	1,12	48,81	7,17	6,97	8,42	1,78	12,45	6,32	4,27	3,21	0,60
4	Menos acentuada c/destaque da PEA na ind.de construção	4	8.055	0,36	35,76	7,68	20,37	9,78	2,17	12,32	4,49	3,09	3,94	0,42
5	Menos acentuada c/destaque da PEA nas ativ.industriais	6	7.305	0,33	36,57	19,13	5,96	7,72	3,94	11,06	6,72	4,48	4,25	0,17
	Menos acentuada c/PEA terciária													
	5.1 - PEA no comércio de mercadorias	6	21.272	0,95	33,72	8,56	10,73	13,79	2,17	19,40	4,37	3,26	2,48	1,54
	5.2 - PEA c/Posições médias no comércio de mercadorias e ambulante	44	118.436	5,28	29,32	8,99	8,49	10,91	3,33	18,51	7,49	6,23	4,27	1,40
	5.3 - PEA com destaque no comércio ambulante	2	14.224	0,63	40,22	8,21	5,84	9,12	6,37	15,70	4,25	6,50	2,91	0,90
	5.4 - PEA c/destaque nas ativ. sociais, nos serv. governa- mentais, comércio de imóveis	6	9.597	0,43	35,60	7,17	7,77	8,14	0,86	16,97	10,53	4,29	6,55	2,14
6	Associação de PEA no Setor Primário com PEA terciária e ind.construção, relativamente expressivas	19	47.451	2,11	20,95	7,85	11,31	11,11	2,69	19,99	11,29	6,83	6,70	1,29
7	Associação de PEA no Setor Primário com PEA nas ativ. industriais, ind. construção e transporte	2	3.572	0,16	24,04	15,39	16,03	8,29	1,85	13,28	7,34	8,20	5,17	0,43
	Dominância de PEA nas atividades industriais	31	119.424	5,32										
8	Dominância acentuada	6	14.767	0,66	12,70	41,30	5,34	7,47	2,20	9,33	7,60	6,59	6,68	0,59
9	Menos acentuada c/PEA com. ambulante e transportes	25	104.657	4,66	14,78	28,47	8,83	8,77	4,04	15,52	7,22	6,83	4,39	1,14
10	Associação de PEA na ind.construção c/PEA nas atividades industriais	4	14.021	0,62	5,01	23,50	32,33	7,43	1,85	14,24	3,62	6,80	4,54	0,68
11	Associação de PEA nas ativ.industriais c/destaque na PEA nos transportes e comércio ambulante	6	33.697	1,50	7,77	20,48	9,05	9,26	5,77	14,41	6,84	19,33	6,26	0,83
	Dominância de PEA terciária	55	1.663.829	74,12										
12	C/destaque na prest.de serviços e serv.governamentais	13	1.246.371	55,52	3,15	11,36	10,95	12,66	3,55	25,72	11,16	7,84	10,51	3,11
13	C/destaque na prest.de serviços e com.de mercadorias	27	276.039	12,30	11,29	12,09	11,94	13,58	4,18	23,36	8,20	8,39	4,88	2,10
14	C/destaque na prest.de serv. com. de mercadorias e ind. construção	9	100.578	4,48	9,57	8,94	13,32	15,84	2,81	28,00	7,45	7,02	4,39	2,66
15	C/PEA nas ativ.industriais e transportes	6	40.841	1,82	6,28	16,39	11,60	11,19	3,62	20,30	9,53	13,40	5,85	1,87
16	Associação PEA na prest.serv., atividades industriais e indústria de construção	20	58.577	2,61	14,24	17,61	15,67	9,52	3,66	20,57	6,08	6,23	5,06	1,32
17	Associação PEA na ind.construção c/PEA na prestação de serviços	2	4.319	0,19	14,11	4,71	27,66	11,03	0,88	23,56	7,54	3,53	5,01	2,00
18	Associação PEA terciária c/PEA no setor primário	23	82.261	3,66	22,21	8,57	9,04	14,47	2,75	24,02	6,42	6,66	3,81	2,05
	Cidades isoladas	5	7.304	0,33										
	T o t a l	254												

FONTE: Tabulações Especiais do Censo Demográfico de 1970.

6.4. CARACTERIZAÇÃO DAS CLASSES DE CIDADES

6.4.1. "Scores" de Desvio Padrão em: Receitas de Comércio e Serviços, Valor da Transformação Industrial e Rendimento Mensal da PEA Urbana com Rendimento, por Centros.

6.4.2. Crescimento da População Urbana: 1950/60 e 1960/70, por Centros.

UNIDADE ESPACIAL: Município

UNIDADE ESPACIAL: Distritos-Sede dos Municípios

NORDESTE: CONJUNTO DOS 254 CENTROS	V A R I Á V E I S									
	RECEITA DE COMÉRCIO	RECEITA DE SERVIÇOS	V. T. I.	RENDIMENTO MENSAL DA PEA URBANA	EVOLUÇÃO 1950/60		EVOLUÇÃO 1960/70		PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NO TOTAL	
	C R U Z E I R O S				ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%	1950/60	1960/70
Média	293.527	47.049	94.798	184.142	Total	Total	Total	Total	Total	Total
Desvio	340.110	21.027	99.412	52.206	2.049.704	62,77	3.014.555	56,72	—	—
CLASSES DE CIDADES	"SCORES" DE DESVIO PADRÃO									
	RECEITA DE COMÉRCIO	RECEITA DE SERVIÇOS	V. T. I.	RENDIMENTO MENSAL DA PEA URBANA						
CLASSE 1										
68. Pereiro	− 0,74	− 0,99	− 0,67	− 2,15	549	46,72	625	36,25	− 10,00	− 12,96
83. Touros	− 0,73	− 1,40	− 0,47	− 1,82	104	7,19	401	25,87	− 34,09	− 19,86
116. Mari	− 0,28	− 0,27	− 0,69	− 1,94	4.747	135,82	1.659	20,13	44,95	− 23,34
CLASSE 2										
74. Várzea Alegre	− 0,49	− 0,30	5,65	− 1,19	965	29,50	1.208	28,52	− 20,46	− 17,94
99. Alagoa Grande	− 0,32	− 0,52	0,06	− 0,89	5.125	72,32	807	6,66	6,45	− 31,94
118. Teixeira	− 0,56	− 1,06	− 0,04	− 1,62	449	18,00	758	25,76	− 27,49	− 19,86
2. Cururupu	− 0,68	− 1,80	− 0,78	− 1,61	1.409	41,28	4.021	83,39	13,01	16,83
12. Vitorino Freire	− 0,49	− 0,39	0,74	0,52	...	...	2.406	49,89	—	− 4,30
188. Irecê	− 0,41	− 0,45	− 0,58	0,13	2.400	164,95	6.563	170,25	62,56	72,55
69. Tauá	− 0,62	− 1,20	− 0,57	− 1,14	2.124	76,40	4.513	92,03	8,46	22,54
72. Cedro	− 0,40	− 0,52	0,00	− 0,43	2.165	48,86	1.775	26,91	− 8,55	− 19,02
172. Porto da Folha	− 0,63	− 1,38	− 0,81	− 1,60	274	9,88	1.191	39,10	− 32,51	− 11,17
27. S. J. dos Patos	− 0,32	− 0,75	− 0,32	− 0,60	740	40,00	3.864	149,19	− 14,11	59,14
67. Jaguaribe	− 0,38	− 0,90	− 0,56	− 0,56	1.102	43,51	3.068	84,40	− 11,86	17,69
5. Rosário	− 0,52	0,18	− 0,08	− 0,48	1.683	31,66	1.577	22,53	− 19,04	− 21,79
34. Água Branca	− 0,42	− 1,33	− 0,62	− 1,31	...	...	2.765	95,28	—	24,54
165. Matriz de Camaragibe	− 0,15	0,76	0,04	0,07	1.812	66,03	1.160	25,46	2,02	− 19,95
1. Carutapera	− 0,73	− 1,38	− 0,79	− 0,83	851	52,34	436	17,60	6,43	− 24,89
140. Condado	− 0,44	− 0,67	− 0,62	− 1,42	1.374	42,02	—	—	− 12,69	7,44

CLASSE 3

32. Altos	-0,46	-1,28	-0,58	-1,14	1.411	38,71	4.924	97,39	68,28	25,97
48. Pentecoste	-0,70	-1,40	-0,76	-0,71	4.751	546,72	3.997	71,12	297,37	9,27
26. S. R. das Mangabeiras	-0,53	-1,42	-0,62	-0,42	952	121,43	1.676	96,54	36,25	25,38
241. Ubaitã	0,06	-0,35	-0,19	0,30	5.305	211,95	4.773	61,13	91,53	2,79

CLASSE 4

49. Aquiraz	-0,68	-1,04	-0,68	-1,71	901	79,10	-29	-1,42	10,03	-37,24
175. N. S. das Dores	-0,37	0,02	-0,74	-0,04	649	15,86	959	20,23	-28,81	-23,32
136. Bonito	-0,60	-0,88	-0,08	-1,03	1.692	45,30	2.823	52,02	-10,75	-3,04
45. Santana do Acaraú	-0,54	0,00	-0,60	-2,02	511	21,18	1.302	44,53	-25,58	-7,82
53. Pacatuba	-0,48	-0,55	-0,60	-1,40	408	17,62	911	33,46	-72,21	-14,84
143. Itamaracá	-0,72	0,10	-0,58	-0,84	98	5,12	2.154	107,06	-35,32	31,93

CLASSE 5.1

242. Itamaraju	-0,03	-0,03	-0,78	0,07	...	...	8.463	335,04	...	177,68
243. Itanhém	-0,62	-0,04	x	-0,85	3.525	486,21	3.654	85,98	260,36	18,63
20. Imperatriz	-0,10	0,15	0,05	0,80	7.852	681,60	24.407	271,07	379,89	158,03
57. Tianguá	-0,48	-0,69	-0,76	-1,00	1.889	80,76	2.506	59,27	11,03	1,64
206. Itambé	-0,25	-0,47	-0,48	1,04	2.820	62,10	2.886	39,21	-0,43	-11,19
235. Coaraci	0,00	-0,19	-0,07	0,01	2.717	38,13	4.097	41,62	-15,12	-9,61

CLASSE 5.2

46. Itapagé	-0,40	-0,06	2,48	-1,18	2.561	109,58	3.351	68,42	28,77	7,38
138. Lajedo	-0,22	-0,35	-0,59	-0,40	1.116	51,05	4.194	127,01	-7,17	44,93
14. Pedreiras	-0,12	-0,28	0,59	0,00	3.004	41,81	9.673	94,94	-12,86	24,26
66. Senador Pompeu	-0,33	-0,51	0,02	0,39	3.052	59,17	1.045	12,73	-2,22	-71,91
163. União dos Palmares	-0,20	-0,64	0,00	-0,32	3.489	50,44	5.523	53,08	-7,55	-2,35
128. Surubim	-0,45	-0,95	-0,41	-0,27	2.161	49,07	5.608	85,42	-8,45	18,30
129. Belo Jardim	0,45	-0,77	-0,17	-0,65	4.120	59,10	6.590	59,42	-2,25	1,72
61. Baturité	-0,40	-0,65	-0,60	-0,72	2.004	38,58	1.959	27,22	-14,90	-18,83
113. Esperança	0,22	-0,05	-0,19	0,17	2.248	32,78	1.274	13,99	-18,43	-27,26
177. Itabaiana (SE)	0,15	0,36	-0,64	0,32	5.304	92,31	5.625	50,90	-76,27	-3,70
54. Pacajus	-0,21	-0,01	-0,11	-0,29	910	56,45	3.041	120,58	-4,05	40,93
64. Quixadá	-0,39	-0,48	0,00	-0,20	3.330	61,47	8.366	95,64	-0,78	24,79
10. Pindaré-Mirim	-0,65	0,00	0,28	0,27	3.591	377,60	3.114	68,56	193,81	7,49
63. Crateús	-0,10	0,02	0,01	-0,11	7.181	97,16	11.039	75,75	21,17	12,14
210. Esplanada	0,17	0,17	-0,62	0,23	514	15,68	1.794	47,31	-28,98	-5,89
248. Salinas	-0,24	0,04	-0,68	-0,09	1.663	47,20	3.224	62,17	-9,55	3,48
31. Piri-piri	-0,02	0,01	-0,61	-1,20	5.278	121,14	9.234	95,89	35,91	24,93
254. Várzea da Palma	0,36	5,45	-0,43	1,10	1.525	95,49	2.632	84,30	-20,04	17,72
202. Jaguaquara	-0,41	-0,43	-0,44	-0,23	1.937	56,54	2.548	47,51	-3,81	-5,85

CLASSE 5.2 (Continuação)

232. Belmonte	0,54	0,58	-0,66	1,42	2.693	51,75	-632	-8,00	-6,78	-41,32
24. Balsas	-0,29	0,00	-0,25	0,18	1.062	29,27	2.807	59,85	-20,61	0,91
84. Açú	-0,36	-0,74	-0,72	-0,15	3.087	60,88	5.363	65,74	-1,16	5,73
19. Chapadinha	-0,07	-0,59	-0,63	-0,61	1.998	117,53	6.936	187,56	33,59	83,48
123. Afogados da Ingazeira	-0,13	-0,67	-0,63	-0,31	385	8,02	4.051	78,10	-50,72	13,63
58. Ipu	-0,54	-0,69	-0,74	-0,73	1.850	31,49	1.383	17,91	-19,23	-24,78
107. Cajazeiras	0,08	-0,16	-0,49	0,32	6.052	61,55	9.233	58,13	-0,76	0,90
17. Coratá	-0,31	0,34	0,23	0,10	2.750	55,33	4.338	56,19	-4,60	-0,28
135. Bom Conselho	-0,34	-0,03	-0,29	-0,93	727	11,89	4.543	66,42	-31,28	6,22
247. Monte Azul	-0,34	-0,13	x	-0,12	2.629	117,84	1.157	23,81	33,82	-21,01
76. Campos Sales	-0,50	-1,18	0,15	-1,02	749	28,36	2.454	72,39	-21,14	10,03
21. Barra do Corda	-0,37	0,09	-0,17	0,69	872	30,59	5.942	159,60	-19,82	65,71
97. Picuí	-0,22	-0,72	-0,75	-0,93	965	45,09	2.024	65,19	10,84	5,48
169. Pilar	-0,09	1,21	-0,20	0,32	375	5,49	2.158	29,97	-35,17	-17,05
94. Santa Cruz	-0,11	-0,88	0,47	-0,54	2.089	65,34	4.696	88,84	1,63	20,40
95. Nova Cruz	-0,29	-0,92	-0,03	-0,77	1.649	32,14	1.764	26,02	-18,78	-19,59
60. Canindé	-0,55	-0,86	0,65	-1,06	1.889	47,64	5.731	97,90	-9,39	26,34
117. Sapé	-0,35	-0,50	1,13	-0,86	3.186	42,96	5.188	48,93	-12,15	-4,96
98. Cuité	-0,37	0,02	-0,41	-1,60	561	15,57	985	23,66	29,01	-21,07
104. Mamanguape	-0,48	-0,74	-0,50	-1,47	2.178	34,39	3.707	43,55	-17,47	-8,37
28. Esperantina	-0,24	-0,46	-0,55	-0,84	1.396	59,89	4.187	112,34	-1,82	35,52
132. Gravatá	-0,25	0,02	0,14	-0,87	4.734	43,77	6.036	38,82	-11,65	-11,45
6. S. J. de Ribamar	-0,66	-0,80	-0,68	-0,82	1.554	29,11	6.121	88,80	-20,67	20,43
240. Itajuipe	3,33	1,27	-0,42	0,77	2.204	41,28	2.539	33,66	-13,21	-14,82
77. Barbalha	-0,14	-0,20	-0,03	-0,58	2.802	67,27	2.793	40,09	2,82	-10,60

CLASSE 5.3

86. João Câmara	-0,25	-1,11	-0,41	-0,66	830	23,75	4.262	98,54	-23,93	26,66
166. Arapiraca	0,00	0,00	0,03	-0,14	10.958	124,65	24.479	123,95	38,04	42,90

CLASSE 5.4

91. Pau dos Ferros	-0,05	0,38	-0,44	-0,18	1.669	63,48	4.669	108,63	0,50	33,13
114. Areia	-0,41	0,00	-0,60	-0,80	2.305	63,52	1.081	18,22	0,45	-24,15
9. Brejo	-0,10	-0,05	-0,75	-0,76	533	20,89	1.531	49,64	-25,74	-4,48
111. Monteiro	-0,43	-0,44	-0,73	-0,98	2.241	59,18	2.830	46,95	-2,24	-6,26
23. Colinas	-0,30	-0,72	-0,54	-0,35	1.173	65,20	1.750	58,88	1,45	1,43
35. Valença do Piauí	-0,48	-1,68	-0,72	-1,11	1.160	61,51	2.596	85,23	-0,87	18,15

CLASSE 6

87. Ceará-Mirim	0,00	-0,75	0,33	-0,44	3.198	62,80	4.851	58,52	0,06	1,15
251. Janaúba	-0,13	0,48	-0,46	0,77	157	5,18	6.951	217,90	-35,41	102,83
65. Quixeramobim	-0,49	-0,21	1,84	-0,63	3.332	109,17	3.346	52,41	28,45	2,75
50. Caucaia	0,07	-0,77	-0,48	0,13	858	22,01	3.655	76,83	-25,04	12,85
197. Euclides da Cunha	-0,41	-0,85	-0,68	0,55	2.560	130,88	1.975	43,73	41,90	-8,35
201. Amargosa	-0,26	0,36	0,04	-0,53	1.135	27,72	1.620	26,74	-21,54	-19,12
47. Itapipoca	-0,65	-0,37	-0,69	-1,03	2.686	59,69	5.010	69,72	-1,89	8,28
85. Angicos	-0,61	-0,67	4,39	-0,86	196	14,46	3.248	209,41	-29,64	97,26
164. Viçosa	-0,23	-0,05	0,02	0,30	1.285	21,42	1.357	18,63	-25,37	-24,36
185. Barra	-0,56	-0,34	-0,04	-0,77	1.657	29,70	1.709	23,61	-20,30	-21,15
56. Russas	-0,32	-0,65	-0,44	-0,63	1.571	28,40	3.180	44,78	-21,13	-7,63
125. Sertânia	-0,49	-0,72	0,19	-0,28	2.386	46,15	1.515	20,05	-11,32	-23,42
96. Catolô do Rocha	-0,04	-0,80	1,04	-0,84	2.682	105,80	4.193	80,37	26,55	15,07
124. Serra Talhada	-0,14	-0,24	0,53	0,16	6.811	127,24	9.499	78,09	39,66	13,63
187. Bom Jesus da Lapa	-0,39	0,29	0,63	0,18	1.367	28,84	6.650	108,89	-20,87	33,33
92. Caicó	0,70	-0,12	-0,35	0,24	8.071	104,07	9.582	60,55	25,39	2,42
43. Corrente	-0,43	0,23	-0,59	0,43	828	59,74	1.687	76,20	-1,65	12,23
250. Bocaiuva	1,36	2,74	-0,31	0,02	2.478	71,33	3.593	60,37	5,26	2,32
144. Nazaré da Mata	0,07	-0,36	0,00	-0,22	2.669	40,58	3.552	38,42	-13,60	-11,72

CLASSE 7

71. Orós	0,32	-0,38	2,50	-0,24	3.940	398,79	2.612	53,00	205,94	-2,37
228. São Sebastião do Passé	-0,31	-0,50	-0,53	0,73	1.560	61,32	4.178	101,80	-0,90	28,76

CLASSE 8

149. Moreno	-0,56	-0,68	-0,25	-0,33	3.787	33,19	2.639	17,36	-18,20	-25,11
151. Paulista	-0,23	0,95	0,58	0,56	-2.873	-13,52	2.988	16,27	-46,87	-25,81
176. Marum	-0,14	3,36	-0,37	-0,45	161	3,21	1.278	24,72	-36,57	-20,45
181. São Cristóvão	-0,52	-1,32	-0,57	-1,06	882	13,08	2.627	34,46	-30,56	-14,16
105. Rio Tinto	-0,55	-1,26	-0,05	-0,53	-2.963	-14,98	-3,291	-19,58	-47,77	-48,69
173. Neópolis	-0,37	-1,04	-0,60	-0,51	1.270	20,87	45	0,61	-25,75	-35,77

CLASSE 9

158. Ribeirão	-0,22	-0,40	-0,29	-0,04	4.068	72,14	4.342	44,73	5,73	-7,61
230. Valença	-0,12	-0,46	-0,21	-0,26	5.645	49,12	3.881	22,65	-8,38	-21,74
139. Carpina	-0,29	-0,71	-0,45	-0,55	5.303	42,66	8.929	50,35	-12,35	-4,08
154. Barreiros	-0,14	-0,44	0,05	0,00	2.736	35,69	7.395	71,09	-16,65	9,20
133. Pesqueira	0,13	-0,25	-0,34	-0,34	6.654	50,70	4.859	24,57	7,41	-20,51
155. Catende	0,42	-0,65	-0,19	0,07	2.375	33,67	2.440	25,88	-17,87	-19,67
115. Itabaiana (PB)	0,05	-0,74	-0,23	-0,51	3.177	36,64	2.409	20,33	-16,05	-23,24

CLASSE 9 (Continuação)

180. Estância	0,02	-0,12	-0,22	0,00	2,055	14,63	4,308	26,75	-42,01	-19,11
167. S. M. dos Campos	0,11	1,71	-0,18	0,19	1,788	37,57	3,792	58,24	15,46	0,98
146. Timbaúba	-0,03	0,37	-0,25	-0,52	9,978	90,37	5,857	27,87	16,98	-18,41
44. Camocim	-0,51	0,15	0,00	-1,07	2,489	29,99	1,410	13,07	-20,11	-27,88
141. Goiana	0,19	2,66	1,23	0,29	5,282	38,43	5,697	29,94	-14,94	-17,09
147. Cabo	-0,23	1,40	0,77	0,45	4,021	66,69	16,970	168,86	2,44	71,55
213. Catu	0,51	1,36	7,52	2,54	5,325	149,66	5,128	57,73	53,30	0,66
153. S. L. da Mata	-0,29	1,06	0,08	0,00	4,267	85,82	23,775	257,33	14,12	128,02
160. Delmiro Gouveia	0,06	2,75	0,84	0,36	1,067	21,00	3,007	48,92	-25,64	-5,01
223. Maragogipe	-0,33	-0,77	-0,67	-0,91	2,831	29,05	269	2,14	20,71	-34,83
170. Rio Largo	0,02	0,11	-0,01	0,15	3,225	23,85	5,430	32,42	-23,73	-15,49
224. Muritiba	-0,30	0,22	-0,70	-0,14	2,227	29,88	480	4,96	-25,32	-33,00
142. Igarassu	-0,16	0,20	0,66	-0,32	7,090	335,07	10,577	114,89	167,28	37,12
221. Cruz das Almas	-0,48	-0,07	-0,50	0,51	5,432	80,38	5,181	42,50	10,77	-9,07
4. São Bento	-0,47	-1,06	-0,62	-1,34	1,903	36,06	278	3,92	-16,04	-33,71
156. Escada	-0,01	-0,28	0,07	-0,69	6,228	82,68	6,718	48,82	12,22	5,02
145. Paudalho	-0,36	-0,70	0,17	-0,85	1,529	28,53	3,957	57,44	-21,02	0,46
55. Aracati	-0,52	-0,20	-0,33	-1,26	2,064	23,06	3,772	34,24	-24,37	14,38

CLASSE 10

212. Candeias	0,00	-0,09	2,73	2,85	...	...	13,735	109,88	-	33,93
215. Mata de São João	-0,29	-0,34	-0,34	1,93	3,351	70,31	4,370	53,84	4,59	-1,83
218. Simões Filho	-0,38	1,75	0,87	0,97	...	...	4,067	211,27	-	98,62
211. Camaçari	-0,39	0,22	1,35	1,79	2,627	96,76	8,244	154,32	20,94	62,29

CLASSE 11

101. Bayeux	-0,34	-0,34	-0,20	-0,64	8,756	109,71	18,435	110,15	28,85	34,11
148. Jaboatão	-0,06	0,71	0,57	1,13	-216	-0,63	19,064	56,13	-38,95	-0,38
102. Cabedelo	0,99	0,51	1,38	-0,46	3,790	54,55	2,274	21,18	-5,08	-22,67
106. Santa Rita	-0,13	-0,68	0,13	-0,82	8,261	66,83	9,426	45,71	2,48	-7,04
81. Macau	-0,24	0,00	0,72	0,36	4,215	55,02	7,249	61,04	-2,13	2,78
80. Areia Branca	-0,43	-0,66	0,38	-0,63	1,239	16,16	1,962	22,04	-28,63	-22,15

CLASSE 12

196. Juazeiro	0,53	1,03	-0,27	1,15	5,300	33,34	15,213	71,77	-18,08	9,60
216. Salvador	1,67	3,90	0,59	3,85	241,456	62,00	386,713	61,30	-0,47	-2,92
51. Fortaleza	1,13	2,18	0,21	1,91	149,890	73,10	174,991	49,30	6,35	-4,73
237. Ilhéus	2,67	3,81	0,86	2,34	23,119	102,33	13,539	29,62	24,30	-17,29
252. Montes Claros	1,34	2,29	2,20	1,60	20,175	99,04	42,827	105,63	22,28	31,21
152. Recife	1,57	3,81	0,72	3,54	276,199	53,91	281,509	35,70	-5,45	-13,41
33. Teresina	0,55	0,74	-0,37	1,02	48,588	94,50	90,250	90,24	19,49	21,40
168. Maceió	1,66	1,29	0,08	2,18	54,217	54,72	95,362	62,20	-4,95	3,50

CLASSE 12 (Continuação)

179. Aracaju	0,89	2,03	0,04	2,13	44.977	66,59	69.870	62,10	2,35	3,43
150. Olinda	0,22	0,46	0,78	2,10	62.376	163,42	89.798	89,31	61,84	20,80
89. Natal	0,79	1,14	0,25	2,09	59.464	62,72	101.947	66,08	- 0,04	5,97
103. João Pessoa	0,57	0,98	0,27	1,70	46.303	51,73	68.115	50,15	- 6,78	- 4,19
7. São Luís	0,87	1,81	- 0,65	2,16	44.875	56,28	46.800	37,56	- 3,98	- 12,22

CLASSE 13

131. Caruaru	0,66	0,08	- 0,43	0,11	20.970	48,21	38.020	58,97	- 8,95	1,43
159. Vitória de Santo Antão	- 0,05	- 0,25	- 0,34	0,29	11.333	72,09	14.684	54,28	5,73	- 1,55
59. Sobral	0,10	0,39	0,11	- 0,91	9.653	42,66	20.251	62,73	- 12,37	3,85
157. Palmares	0,30	0,52	- 0,30	0,28	7.272	72,32	14.521	83,81	5,88	- 14,73
40. Uruçuí	- 0,55	- 0,92	- 0,67	- 1,60	489	27,72	862	38,21	- 21,48	- 11,79
79. Juazeiro do Norte	- 0,01	- 0,17	0,11	- 0,80	11.422	27,20	27.417	51,32	- 21,86	- 3,44
30. Campo Maior	- 0,32	- 0,57	- 0,32	- 0,35	6.247	99,36	5.106	36,63	22,51	- 12,85
137. Garanhuns	0,50	0,77	- 0,27	0,50	13.500	65,69	16.797	49,33	1,80	- 4,71
171. Penedo	0,16	0,53	0,50	0,29	2.862	20,12	6.614	38,71	- 11,48	- 11,48
112. Campina Grande	1,02	0,54	0,26	0,77	43.762	60,39	48.638	41,85	- 1,46	- 9,49
15. Caxias	- 0,04	- 0,11	0,19	0,17	4.647	32,17	12.609	66,04	- 18,81	5,96
29. Parnaíba	0,16	- 0,16	- 0,06	- 0,17	9.777	32,40	18.258	45,70	- 18,67	- 7,03
200. Feira de Santana	0,65	1,86	0,07	2,30	35.053	131,98	67.860	110,14	42,53	34,08
192. Senhor do Bonfim	0,05	0,65	- 0,26	0,64	3.845	38,02	7.783	55,76	- 15,21	- 0,61
109. Pombal	- 0,04	- 0,83	0,64	- 0,48	3.253	66,84	3.446	42,44	2,55	- 9,10
246. Januária	- 0,11	- 0,44	- 0,26	0,12	2.718	38,70	4.337	44,52	14,78	- 7,80
25. Carolina	- 0,11	0,16	- 0,75	0,30	3.478	74,65	849	10,43	7,29	- 29,52
110. Sousa	- 0,07	- 0,52	0,53	0,33	7.795	171,13	12.763	103,34	66,59	29,73
108. Patos	0,29	0,10	0,46	- 0,16	13.386	96,38	12.892	47,27	20,67	6,04
39. Picos	- 0,02	0,71	0,14	- 0,41	3.608	78,78	10.525	128,73	9,94	45,97
191. Guanambi	0,23	- 0,16	0,15	0,33	3.191	153,64	5.543	105,22	55,82	30,98
16. Codó	- 0,29	0,00	- 0,19	- 0,18	5.062	83,99	8.826	79,59	13,00	14,62
122. Petrolina	0,67	0,65	0,78	0,75	7.174	95,93	23.724	161,92	20,39	67,10
126. Arcoverde	1,17	0,17	- 0,12	0,28	8.409	87,60	15.798	87,73	15,24	19,81
214. Lauro de Freitas	- 0,43	0,91	0,68	0,78	...	...	1.445	57,16	-	0,07
3. Pinheiro	- 0,40	- 0,14	- 0,69	- 0,23	2.060	46,01	5.606	85,76	- 10,28	18,54
93. Currais Novos	0,70	- 0,23	- 0,11	0,01	2.063	50,26	8.308	106,76	- 7,69	31,97

CLASSE 14

78. Crato	0,73	0,21	0,06	- 0,21	12.185	78,80	9.904	35,82	9,84	- 13,34
178. Serrinha	- 0,22	- 0,72	- 0,54	0,93	3.682	55,77	5.903	57,40	- 4,30	0,41
194. Jacobina	0,62	0,45	- 0,53	0,52	5.149	71,28	6.838	55,27	5,24	- 0,95
183. Barreiras	- 0,37	- 0,14	- 0,41	0,19	1.373	23,66	3.117	43,44	- 24,03	- 8,44

CLASSE 14 (Continuação)

203. Jequié	0,57	0,70	-0,20	0,66	19.506	94,45	22.840	56,88	19,47	0,11
239. Itabuna	1,25	2,29	-0,29	2,37	28.917	114,07	36.934	68,06	31,50	7,24
36. Floriano	0,44	-0,33	0,30	0,01	6.962	76,50	12.092	75,28	8,43	11,85
207. Itapetinga	0,33	0,68	-0,22	1,26	9.759	123,74	13.311	75,43	34,47	11,93
205. Vitória da Conquista	1,40	1,16	-0,04	0,95	29.275	116,26	37.036	79,17	64,20	14,33

CLASSE 15

209. Alagoinhas	0,26	0,18	-0,28	1,62	16.963	79,70	16.425	42,95	10,40	- 8,80
249. Pirapora	0,24	2,31	-0,23	1,74	5.241	61,43	5.471	39,73	- 0,84	-10,85
82. Mossoró	0,42	0,09	-0,19	0,00	19.221	98,01	39.770	102,41	21,65	29,17
225. Nazaré	0,62	-0,14	-0,03	0,82	3.439	30,69	1.861	12,71	-19,70	-28,09
18. Timon	-0,34	0,22	-0,21	-0,40	4.317	156,41	9.263	130,89	57,51	47,41
219. Cachoeira	-0,40	-0,52	-0,54	0,57	590	5,45	297	2,60	-35,20	-34,54

CLASSE 16

121. Salgueiro	0,20	-0,16	-0,63	0,16	5.413	153,65	10.363	115,97	55,79	37,83
193. Itaberaba	0,11	0,01	-0,65	0,68	2.659	45,10	7.780	90,94	-10,85	21,80
120. Ouricuri	-0,52	-1,03	-0,70	0,00	896	39,59	5.625	178,06	-14,29	77,61
229. Vem Cruz	-0,69	-0,22	-0,65	-0,45	193	20,49	1.233	108,63	-25,69	32,71
190. Brumado	0,40	1,79	-0,17	0,51	4.042	134,20	8.548	121,18	43,93	41,15
217. S. F. do Conde	13,29	-0,24	6,32	2,26	1.552	106,81	2.098	69,82	26,97	8,50
208. Paulo Afonso	0,66	0,48	-0,37	1,56	...	...	19.303	98,99	-	26,96
222. Itapirica	-0,53	1,37	1,58	1,29	1.705	65,50	899	20,87	1,76	-22,93
226. Santo Amaro	-0,08	0,43	1,05	1,00	4.968	40,53	3.651	21,19	-13,67	-22,68
42. São Raimundo Nonato	-0,49	-0,93	-0,82	-1,04	1.088	40,86	1.816	48,41	-13,48	- 5,38
130. Bezerros	-0,17	0,20	-0,63	-1,02	4.416	57,08	5.820	47,89	- 3,46	5,64
189. Boquira	-0,18	-0,23	0,96	2,50	508	82,60	2.682	238,82	12,23	116,59
88. Macaíba	-0,16	-0,79	-0,21	-0,82	3.049	68,94	2.586	34,61	3,76	-14,15
182. Tobias Barreto	0,43	-0,92	-0,68	-0,67	1.454	47,32	1.811	40,00	- 9,46	-10,68
199. Castro Alves	-0,58	-0,75	-0,39	-0,61	909	14,03	2.318	31,38	-29,94	-16,19
233. Buerarema	-0,29	-0,09	-0,48	0,57	2.015	57,82	1.760	32,00	- 3,00	-15,75
37. Guadalupe	-0,47	0,36	-0,56	1,56	73	13,96	6.880	1.154,36	-30,00	701,79
174. Propriá	-0,18	-0,68	-0,12	0,01	3.293	26,02	2.745	17,21	-22,58	-25,20
8. Baneirinhas	-0,52	-1,45	-0,73	-0,88	608	38,58	1.283	58,75	-14,91	1,22
227. Santo Antônio	0,06	-0,20	-0,60	0,19	3.485	30,52	6.598	44,28	-19,79	- 7,95

CLASSE 17

38. Oeiras	-0,41	-0,75	-0,67	-0,79	2.350	62,70	4.000	65,60	- 0,09	5,67
73. Icó	-0,41	0,15	1,55	0,68	1.633	41,31	2.219	39,72	-13,21	-10,85

CLASSE 18

186. Xique-Xique	- 0,21	- 0,01	- 0,34	- 0,06	1.623	42,22	4.641	84,89	- 12,57	17,88
238. Ipiáu	0,50	1,29	- 0,39	0,85	6.183	88,57	5.574	42,34	15,86	- 9,16
195. Ruy Barbosa	- 0,21	- 0,11	- 0,68	- 0,34	709	12,72	3.915	62,31	- 30,76	3,55
231. Itoioró	- 0,18	0,54	- 0,41	0,27	1.744	67,91	3.548	82,28	3,18	16,40
236. Ibicaraí	0,12	0,16	- 0,71	0,80	3.843	41,27	2.338	17,77	- 13,22	- 24,85
184. Santa Maria da Vitória	- 0,38	0,04	1,16	0,01	1.135	54,75	3.730	116,27	- 4,88	37,91
161. Santana do Ipanema	0,28	- 0,31	0,05	0,94	4.917	152,61	3.525	43,31	55,12	- 9,36
234. Canavieiras	0,18	0,77	- 0,48	0,94	3.685	56,01	1.637	15,95	- 4,17	- 26,00
62. Nova Russas	- 0,37	0,46	- 0,63	- 1,27	1.506	47,66	2.596	55,64	- 9,30	- 0,68
245. Prado	- 0,45	0,44	- 0,69	- 0,80	611	38,45	1.625	73,86	14,99	10,87
70. Iguatu	- 0,05	- 0,71	0,90	- 0,18	6.477	64,36	11.650	70,44	0,97	8,74
75. Brejo Santo	- 0,08	- 1,06	2,06	- 0,18	1.204	40,88	3.026	72,93	- 13,41	10,24
52. Maranguape	- 0,46	- 0,37	- 0,09	- 0,84	3.303	61,03	4.298	49,32	- 1,03	- 4,76
100. Guarabira	0,64	- 0,24	- 0,50	- 0,26	6.423	68,15	6.898	43,53	3,33	- 8,42
162. Palmeira dos Índios	0,76	0,48	- 0,28	0,68	6.396	69,18	10.867	69,47	3,92	8,12
127. Limoeiro	- 0,02	0,11	- 0,04	- 0,53	7.130	50,49	9.577	45,06	- 7,56	- 8,02
22. Dom Pedro	- 0,33	- 0,52	0,15	0,53	1.623	135,36	3.574	126,65	44,69	44,63
119. Araripina	0,09	- 0,27	- 0,52	- 0,59	1.552	49,11	4.010	85,10	- 8,37	18,04
178. Lagarto	0,03	- 0,12	- 0,30	0,72	2.381	50,54	5.699	80,36	- 7,55	15,14
204. Poções	- 0,04	0,38	- 0,59	- 0,31	2.529	70,52	4.433	72,49	4,74	10,09
13. Bacabal	- 0,37	0,32	0,53	0,21	10.674	219,77	14.259	91,81	96,50	22,38
11. Santa Inês	0,36	0,43	0,61	0,52	...	...	8.395	120,79	-	40,83
134. Santa Cruz do Capibaribe	- 0,10	- 0,89	- 0,71	- 0,87	2.561	120,86	3.617	77,29	35,75	13,05

N/AGRUPADOS

220. Conceição do Jacuípe	- 0,58	0,64	0,06	- 0,09	...	...	4.101	132,42	-	48,20
244. Medeiros Neto	- 0,33	- 0,49	- 0,65	- 1,23	...	...	4.701	90,81	-	21,77
90. Pamamirim	0,24	- 0,38	- 0,18	1,13	2.429	75,55	4.336	76,82	7,82	12,81
253. Grão Mogol	- 0,61	- 1,04	x	- 0,68	192	20,67	402	35,86	- 25,70	- 13,27
41. Bom Jesus	- 0,22	- 0,92	- 0,62	0,40	541	60,79	1.159	80,99	- 1,47	15,61

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ADMS, A. & GOULD. **Spatial organization**. Prentice Hall International, 1972.
2. ALLMAN, J. et alii. "The Use of standardized values in regionalization: the example of a socio-economic spatial structure of Illinois". **The Professional Geographer** 16 (3), May 1964.
3. ALMEIDA, Wanderly J. Manso de. "Variação do emprego no quadro urbano — setor serviços". **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 3 (3), out. 1973.
4. BAER, Werner & GEIGER, Pedro P. **Industrialização, urbanização e persistência das desigualdades regionais do Brasil**. IBGE, Departamento de Geografia, 1976 (no prelo).
5. BOURS, A. "Towards a geography of public administration an policy-making". **Abstract to the XXIII International Geographical Congress**, Moscow, 1976.
6. CHINITZ, Benjamin. "Contrasts in agglomeration: New York and Pittsburgh". In: **Urban Economics**.
7. DAVIDOVICH, Fany & LIMA, Olga Maria Buarque de. "Contribuição ao estudo das aglomerações urbanas no Brasil". **Revista Brasileira de Geografia**, 37 (1).
8. GEIGER, P. P. & DAVIDOVICH, F. R. "Urban growth as a factor of regional balance-imbalance". **Proceedings of the Comission on regional aspects of development of the International geographical union**, Vitória, 1, 1971.
9. HARVEY, D. **Social justice and the city**. Baltimore, John Hopkins Press, 1973.
10. MAGNANINI, Ruth. **População — região Nordeste** (no prelo).
11. OLIVEIRA, Francisco de & REICHSTUL, Philippe. **Mudanças na divisão interregional do trabalho no Brasil**. Estudos CEBRAP 4, 1973.

12. REZENDE, Fernando. "Incentivos fiscais, acumulação de capital e emprego de mão-de-obra: uma contribuição ao debate". **Pesquisa e planejamento econômico**, (1), fev. 1974.
13. SILVA, Hilda da. "Mudanças de população: um estudo de pequenas cidades nos Estados do Maranhão, Pernambuco e São Paulo". **Boletim Carioca de Geografia**. Rio de Janeiro, 26, 1976.
14. SMITH, Robert H. T. "Method and purpose in functional town classification". **Annals of the Association of American Geographers**. 3 – 165.
15. TOLOSA, Hamilton C. "Macroeconomia da urbanização brasileira". **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 3 (3), 1973.
16. WINGO, L. "A National development strategy for the United States". **Urban Studies** 9 (1), 1972.

